DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8180 • SÃO PAULO, SEXTA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Ministério da Agricultura avança no controle de doenças zoossanitárias no RS

Geral Pág.06

O Ministério da Agricultura diminuiu a extensão da emergência zoossanitária no Rio Grande do Sul para apenas cinco municípios. Anteriormente, todo o Estado estava em estado de emergência desde 18 de julho, devido à detecção de um surto da doença de Newcastle em um aviário comercial em Anta Gorda. Com a nova medida, somente Anta Gorda, Doutor Ricardo, Putinga, Ilópolis e Relvado permanecem em situação de emergência. A redução da emergência zoossanitária no Rio Grande do Sul foi oficializada por meio de uma portaria publicada em uma edição extra do Diário Oficial da União. Segundo relatos, a decisão foi tomada após os resultados dos testes laboratoriais descartarem novos casos na região, com cinco casos suspeitos testando negativo para o vírus patogênico.

(Foto: Julia Chagas/Seapi)

Ações de vigilância ativa continuam ocorrendo no raio de dez quilômetros a partir do foco.

Leis e Projetos Pág.02

Governo investe em cidades-esponja para combater os impactos das mudanças climáticas

Internacional Pág.05

EUA e Canadá interceptam aviões militares da Rússia e da China voando perto do Alasca

Política Pág.03

Parte dos sistemas do governo é restabelecida após ataque hacker

Em nota divulgada à imprensa, ontem, 25, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou que já estava solucionada parte da desestabilização dos serviços do governo federal que utilizam o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), responsável por processos administrativos que tramitam de forma eletrônica em nove ministérios e dois órgãos do governo. A pane foi causada por um ataque hacker ocorrido na terça, 23.

IMPOSTO DE RENDA

CONSULTA AO 3º LOTE DE RESTITUIÇÃO ESTÁ LIBERADA

> O pagamento será a partir de **31 de julho**

> O lote também inclui **restituições residuais de anos anteriores**

VALORES A SEREM PAGOS

R$ 7,9 bilhões 3º lote do IR

R$ 529 milhões contribuintes com prioridade

6,09 milhões de contribuintes receberão

Valor total **R$ 8,5 bilhões**

FONTE *Receita Federal*

INFOGRAFFO

Economia Pág.04

Confiança do consumidor cresce 2% em julho, após seis meses em baixa

Após seis meses de queda contínua, a confiança do consumidor brasileiro na economia cresceu 2% em julho, atingindo 100 pontos. A percepção das famílias melhorou tanto em relação à sua situação financeira atual quanto em perspectivas futuras, refletindo o aumento na segurança no emprego, pontuou a ACSP.

Política Pág.03

Gonet nega a Bolsonaro acesso à delação de Cid sobre joias sauditas

PGR alega que declarações estão sob sigilo, até porque servem de base a outras investigações contra o ex-presidente

Com o entendimento de que a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid vai além das joias e pode gerar outros desdobramentos, a PGR posicionou-se contra o pedido de Bolsonaro (PL) para acesso à delação premiada de seu ex-ajudante de ordens no governo e a outros documentos ligados ao caso do desvio das joias sauditas para venda no exterior. "Existem outras investigações em curso, ainda não finalizadas, que também se baseiam nas declarações prestadas pelo colaborador, o que reforça a inviabilidade do acesso pretendido neste momento processual", pontuou em trecho da decisão o procurador Paulo Gonet. Ele explicou que, segundo a legislação, a delação precisa continuar em sigilo até que seja formalizada uma denúncia ou queixa-crime.

Tecnologia Pág.11

Meta lança nova IA, mas Brasil é excluído por restrições regulatórias

Contexto Jurídico Pág.10

Carla Zambelli é investigada por suposta participação em tentativa de golpe

Economia Pág.04

Comércio levou 3 anos para retomar nível de emprego da pré-pandemia

(Foto: Valter Campanato/Agência Brasil)

O comércio varejista é o carro-chefe na ocupação de trabalhadores, com 7,6 milhões de empregos em 2022.

Dados da Pesquisa Anual de Comércio, divulgada ontem 25, pelo IBGE, mostram que demorou três anos para que as empresas do setor de comércio no País retomassem o mesmo nível de emprego da pré-pandemia da covid-19, em 2019, quando o setor empregou 10,3 milhões de pessoas. O ponto máximo da série iniciada em 2007 é 10,6 milhões, em 2014.

Economia Pág.04

Inflação perde força na prévia do IPCA de julho e alta fica em 0,30%

Após registrar alta de 0,39% em junho, a prévia do IPCA de julho aponta para uma inflação de 0,30%, divulgou ontem, 25, o IBGE. A maior contribuição para a alta partiu do setor de transportes, com elevação de 1,12% e impacto de 0,23 ponto percentual no computo geral do índice, seguido por Habitação (0,49% e 0,07 p.p) e Saúde e Cuidados Pessoais (0,33% e 0,05 p.p.).

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

ESPORTES

Marta tem última e difícil chance de buscar o ouro olímpico em seleção sem estrelas

https://shre.ink/D8f2

Lançamentos Pág.13

Livros para celebrar o Dia dos Avós: Descubra como a literatura pode nos ensinar sobre a importância da família

Internacional Pág.05

Na Alemanha, Scholz se mostra confiante e tentará novo mandato

Esportes Pág.07

Olimpíada de Paris-2024: Saiba onde e como assistir a cerimônia de abertura

Economia Pág.04

Arrecadação federal avança 9,08% no 1º semestre, para R$ 1,289 trilhão

Esportes Pág.07

Torcedores do São Paulo tentam invadir território rival em dia de clássico no Morumbi

Economia Pág.04

Preço da alimentação no domicílio cai 0,70% no IPCA-15

Internacional Pág.05

Nos EUA, Netanyahu defende conduta de Israel em Gaza e agradece aliança

Esportes Pág.07

Em Paris-2024, Mayra Aguiar encara duelo épico contra melhor judoca do mundo

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,21%
IGP-M (FGV) - mês	0,81%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,0754%
Taxa básica financeira - TBF	0,8470%
Ibovespa (pontos)	125.954
Poupança (mês)	0,58%
CDB pré 30 dias - ano	10,12%
CDB pré 90 dias - ano	10,23%
CDI acumulado - mês	0,75%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,6470/R$ 5,6480
Dolar turismo	R$ 5,6790/R$ 5,8590
Euro turismo	R$ 6,124 0/R$ 6,1250

PL torna obrigatória medição do nível da água dos rios em áreas ribeirinhas

O Projeto de Lei 1992/24, proposto pelo deputado Sanderson (PL-RS), visa tornar obrigatória a medição do nível da água dos rios em áreas ribeirinhas. A proposta tem como objetivo prevenir e mitigar os impactos de eventos hidrológicos extremos. Vamos entender melhor os detalhes:

• Medição do Nível da Água:

• O projeto determina que os municípios implantem sistemas de medição do nível da água em regiões ribeirinhas.

• Essa medida permitirá que os agentes públicos monitorem as variações do nível dos rios, possibilitando a prevenção de enchentes, inundações e outros eventos climáticos extremos.

• Tragédias e Necessidade:

• O deputado Sanderson destaca a tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul em abril e maio deste ano, quando o Rio Guaíba transbordou.

• O Serviço Geológico do Brasil alerta que nem todas as regiões ribeirinhas no país possuem sistemas de monitoramento adequados.

• Tramitação:

• O projeto está em análise na Câmara dos Deputados.

• Será avaliado pelas comissões de Administração e Serviço Público, Integração e Desenvolvimento Regional, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania.

• Para se tornar lei, a proposta precisa ser aprovada tanto pela Câmara quanto pelo Senado.

Projeto reduz Imposto de Renda para transporte autônomo de passageiros

O Projeto de Lei 1324/22, aprovado no Senado e atualmente em análise na Câmara dos Deputados, propõe a redução do Imposto de Renda (IR) devido pelos transportadores autônomos de passageiros, como mototaxistas, taxistas e motoristas de aplicativos. Vamos entender os detalhes:

• Base de Cálculo do IR:

• Durante cinco anos, a base de cálculo do IR será de 20% do rendimento bruto dos motoristas.

• Após esse período, voltará para os atuais 60%.

• Com essa medida, o imposto a ser pago no período será menor, pois incidirá sobre uma parcela menor dos rendimentos.

• Justificativa:

• O senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), autor do projeto, argumenta que a porcentagem atual não reflete a capacidade contributiva dos transportadores.

• Os custos com combustível e outros insumos têm impactado os motoristas, tornando a base tributável desproporcional.

• Desconto na Previdência Social:

• O desconto para a Previdência Social dos condutores autônomos é de 20% do valor da nota fiscal.

• Portanto, não há razão para que o IR utilize uma base tributável diferente.

• Impacto Orçamentário:

• O governo federal estima uma redução de receitas de R$ 57 milhões em 2024, R$ 61 milhões em 2025 e R$ 64 milhões em 2026.

• Como compensação, a proposta amplia em 0,1 ponto percentual a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras até o final de 2024.

• Tramitação:

• O projeto seguirá análise pelas comissões de Viação e Transportes, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Proposta destina até 15% do valor de projetos de Ifes e ICTs para custeio de fundação de apoio

O Projeto de Lei 6184/23, que visa atualizar a Lei das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), propõe que recursos provenientes de projetos de Ifes e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) sejam utilizados para custear fundações de apoio. Essa atualização tem como objetivo permitir o pagamento de funcionários e outros custos administrativos dessas fundações.

A seguir, alguns pontos relevantes da proposta:

1. Percentual de Recursos:

• Até 15% dos recursos de projetos poderão ser destinados a essas fundações.

• Essa medida visa melhorar a eficiência das parcerias e alinhar-se à nova Lei de Licitações.

2. Dispensa de Licitação:

• As fundações de apoio poderão firmar convênios e contratos sem licitação para adquirir insumos de saúde produzidos por fundações públicas.

• Atualmente, a dispensa de licitação aplica-se apenas à contratação de entidades de ensino, pesquisa e extensão ou de reintegração social de presos.

3. Transparência e Prestação de Contas:

• A proposta estabelece maior transparência na prestação de contas, exigindo a divulgação de documentos como a relação de bolsistas, bens adquiridos e demonstrativos de receita e despesa.

• O estatuto e a relação dos dirigentes da fundação de apoio também deverão ser divulgados.

4. Restituição de Recursos Não Utilizados:

• As fundações de apoio deverão restituir à instituição apoiada qualquer saldo de recursos não utilizados até 30 dias após a conclusão do projeto.

• A exceção ocorre se os recursos forem destinados a novos projetos da mesma instituição.

A proposta seguirá análise pelas comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, precisa ser aprovada tanto pela Câmara quanto pelo Senado.

Projeto destina recursos do Fundo Nacional do Clima para ações baseadas em cidade-esponja

O Projeto de Lei 2000/24 destina recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) para ações de enfrentamento a inundações e alagamentos severos, com base no conceito de "cidades-esponja". A proposta, de autoria da deputada Dandara (PT-MG), está em tramitação na Câmara dos Deputados.

O termo "cidade-esponja" foi criado pelo arquiteto e paisagista chinês Kongjian Yu, inspirado nas práticas de populações asiáticas para lidar com as chuvas torrenciais do período das monções. Esse sistema busca imitar a maneira como a natureza retém e absorve grandes quantidades de água, direcionando-a para os lençóis freáticos.

Os principais pontos do conceito de cidade-esponja são:

1. Permeabilidade: Criar grandes áreas permeáveis e não pavimentadas para reter a água assim que ela cai do céu.

2. Desaceleração dos rios: Diminuir a velocidade dos rios, permitindo que o solo absorva o excesso de água por meio de vegetação e sistemas de lagos.

3. Áreas alagáveis: Adaptar as cidades para terem áreas propícias ao alagamento, permitindo que a água escoe sem causar destruição.

A proposta prevê o financiamento de ações com os seguintes parâmetros:

• Paisagem urbana: Uso de técnicas de drenagem, captação e reaproveitamento de águas da chuva e inundações.

• Espaços de contenção: Criação e manutenção de áreas como jardins de chuva, biovalas e parques para absorção da água pelo solo.

• Superfícies permeáveis: Utilização de asfalto, calçadas, telhados e coberturas com capacidade de absorção.

Atualmente, a Lei 12.114/09, que criou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, destina recursos para ações como desenvolvimento de tecnologias para mitigar emissões de gases do efeito estufa e apoio a cadeias produtivas sustentáveis.

Segundo a deputada Dandara, os desafios impostos pelas mudanças climáticas exigem uma abordagem ousada na ocupação dos espaços urbanos e na relação com a cidade. "Desafios inéditos demandam coragem e vontade de ir além dos condicionamentos habituais", afirma.

Os próximos passos incluem a análise conclusiva pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Urbano, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania. Após a aprovação na Câmara, o projeto seguirá para o Senado.

(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Dandara: proposta incentiva a adoção de novas tecnologias para evitar inundações.

Proposta institui campanha para conscientizar sobre doença em gato

(Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Bruno Ganem: o diagnóstico da doença ainda é considerado um quebra-cabeças.

O Projeto de Lei 2223/24 institui campanha de conscientização sobre doença causada por coronavírus felino. A campanha promoverá ações educativas para informar a população sobre transmissão, sintomas e formas de prevenção e tratamento da Peritonite Infecciosa Felina (PIF), doença viral que ataca o sistema digestivo de gatos filhotes ou jovens.

Além de informar a população sobre a doença, a campanha trará benefícios significativos:

1. Saúde e Bem-Estar dos Gatos: A detecção precoce da PIF pode melhorar o prognóstico e a qualidade de vida dos felinos.

2. Redução de Casos: Com informações claras sobre prevenção e tratamento, espera-se reduzir o número de casos no país.

Ações Propostas

No âmbito da campanha:

• Divulgação nos Meios de Comunicação: O Poder Executivo poderá promover informações sobre a PIF em rádio, TV, internet e redes sociais.

• Materiais Informativos: Unidades de saúde e escolas receberão materiais educativos para disseminar conhecimento.

• Cooperação: A iniciativa privada, entidades civis e organizações profissionais poderão colaborar na divulgação e esclarecimento sobre a doença.

Próximos Passos

O Projeto de Lei será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania. Esperamos que essa iniciativa contribua para a saúde dos nossos queridos companheiros felinos

Projeto exige avaliação de língua portuguesa em todas as fases de concursos federais

O Projeto de Lei 1363/24, proposto pelo deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), visa tornar obrigatória a avaliação de conhecimentos de língua portuguesa em todas as etapas dos concursos públicos no âmbito da administração pública federal. A proposta está atualmente em análise na Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto, essa exigência se aplicará tanto às provas objetivas quanto às discursivas dos concursos, incluindo também os processos seletivos para empresas públicas e sociedades de economia mista. A banca examinadora, conforme definido no edital do concurso, determinará a forma e o conteúdo da avaliação.

O autor do projeto destaca que a capacidade de comunicação clara e eficaz é fundamental para o desempenho adequado das funções públicas no âmbito da administração. Portanto, a medida tem como objetivo garantir que os servidores públicos federais tenham domínio da língua portuguesa compatível com as exigências de seus cargos. Além disso, busca-se contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Vale ressaltar que o projeto seguirá sua tramitação nas comissões de Administração e Serviço Público, bem como de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, a proposta precisa ser aprovada tanto pela Câmara quanto pelo Senado.

(Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, autor do projeto.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor
Marcos Henrique
Comercial
www.diariodenoticias.com.br
site
Amaury Marques — Administração
Elaine Fernandes — Financeiro
Valter Lana
Editor responsável
redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br
Periodicidade: DIÁRIA
AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP
Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

PGR nega à defesa de Bolsonaro acesso à delação de Mauro Cid sobre as joias sauditas

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou contrária ao pedido feito pela defesa de Jair Bolsonaro (PL), que solicitava acesso à delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid e a outros documentos ligados à venda de joias sauditas. O caso foi revelado pelo Estadão em 2023.

No documento, o procurador Paulo Gonet explica que a colaboração de Cid vai além das joias e ela pode gerar outros desdobramentos. "Existem outras investigações em curso, ainda não finalizadas, que também se baseiam nas declarações prestadas pelo colaborador, o que reforça a inviabilidade do acesso pretendido neste momento processual", pontuou em trecho da decisão.

Ele também afirmou que Bolsonaro não possui direito de acessar as informações e que, segundo a legislação, a delação precisa continuar em sigilo até que seja formalizada uma denúncia ou queixa-crime. Ou seja, até que a investigação seja concluída.

"Todos os elementos relevantes para as investigações desenvolvidas nesta Petição já se encontram documentados e foram franqueados à defesa do investigado. Caso exista outra investigação relacionada ao interessado, o pedido de acesso, certamente, será deferido nos autos pertinentes, uma vez demonstrada a condição de investigado", conclui Gonet.

"Frise-se que o acesso tal como pleiteado há que ser irrestrito, haja vista que o enunciado da súmula vinculante 14 somente excepciona o acesso aos elementos de prova que não tiverem sido documentados em procedimento investigatório, o que não se aplica ao presente caso, haja vista a midiática informação sobre o indiciamento e conclusão da apuração", diz trecho do documento escrito pelos advogados.

(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

No documento, o procurador Paulo Gonet explica que a colaboração de Cid vai além das joias e ela pode gerar outros desdobramentos.

Ministério de Direitos Humanos analisa pedido de perdão por perseguição a japoneses em 1940

A Comissão de Anistia do Ministério de Direitos Humanos analisou ontem, 25, um pedido de desculpas à comunidade nipônica por perseguições a imigrantes japoneses durante a década de 1940. O parecer da relatora Vanda Davi Fernandes de Oliveira é para que o pedido apresentado pela colônia japonesa no País seja julgado procedente.

Com isso, o Estado brasileiro reconhecerá, de forma oficial, a perseguição política aos japoneses na década de 1940, durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Segundo o requerimento em pauta, no período, 172 imigrantes do Japão foram enviados para campos de concentração.

O cineasta Mário Jun Okuhara e a Associação Okinawa Kenjin do Brasil são autores do requerimento. O pedido, protocolado em 2015, afirma que os imigrantes detidos no Instituto Correcional de Ilha Anchieta sofreram "atrocidades" como tortura, maus-tratos e discriminação racial. O presídio está localizado numa ilha que, hoje, pertence ao município de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo.

O pedido tramita na Comissão de Anistia desde 2015. Em 2021, sob a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e da ex-ministra Damares Alves (Republicanos-DF), o requerimento de reparação coletiva foi negado. Os autores recorreram.

No primeiro semestre de 2023, após a posse do presidente Lula, a composição da comissão foi reformulada.

Entenda por que vídeo motivou desistência de Pedro Paulo ser vice de Paes

O deputado federal Pedro Paulo (PSD) procurou o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), pré-candidato à reeleição, na última segunda-feira, 22, e pediu que não fosse mais considerado como possível vice para as eleições municipais deste ano. A decisão do então favorito a ocupar a chapa de Paes se deve à suposta existência de um vídeo íntimo dele que poderia ser explorado durante a campanha eleitoral.

A informação foi divulgada pelo portal Agenda do Poder e confirmada pelo Estadão. No encontro, Pedro Paulo informou ao prefeito que não poderá participar do processo eleitoral porque o suposto vídeo poderia vir à tona e seria explorado por adversários durante a campanha.

A mulher de Pedro Paulo, a influenciadora digital Tati Infante, afirmou nas redes sociais que os dois estavam separados quando o deputado teria sido gravado em uma ligação de vídeo com outra mulher. Segundo ela, é "besteira" Pedro Paulo desistir da disputa por este motivo.

"Eu acho uma besteira ele desistir de ser vice por conta de um episódio que aconteceu em 2020, período em que estávamos separados, numa crise. Eu tive meu 'siricutico', ele também. E ele caiu numa armadilha, numa armação onde fez uma ligação de chamada com uma pessoa, que gravou ou tirou print dessa ligação e, quase cinco anos depois, está usando isso contra ele", disse a mulher de Pedro Paulo na quarta-feira, 24.

Procurado pelo Estadão, o prefeito Eduardo Paes confirma o teor do encontro com Pedro Paulo, diz que não tem nenhuma decisão tomada e que só vai se manifestar sobre o vice no momento oportuno.

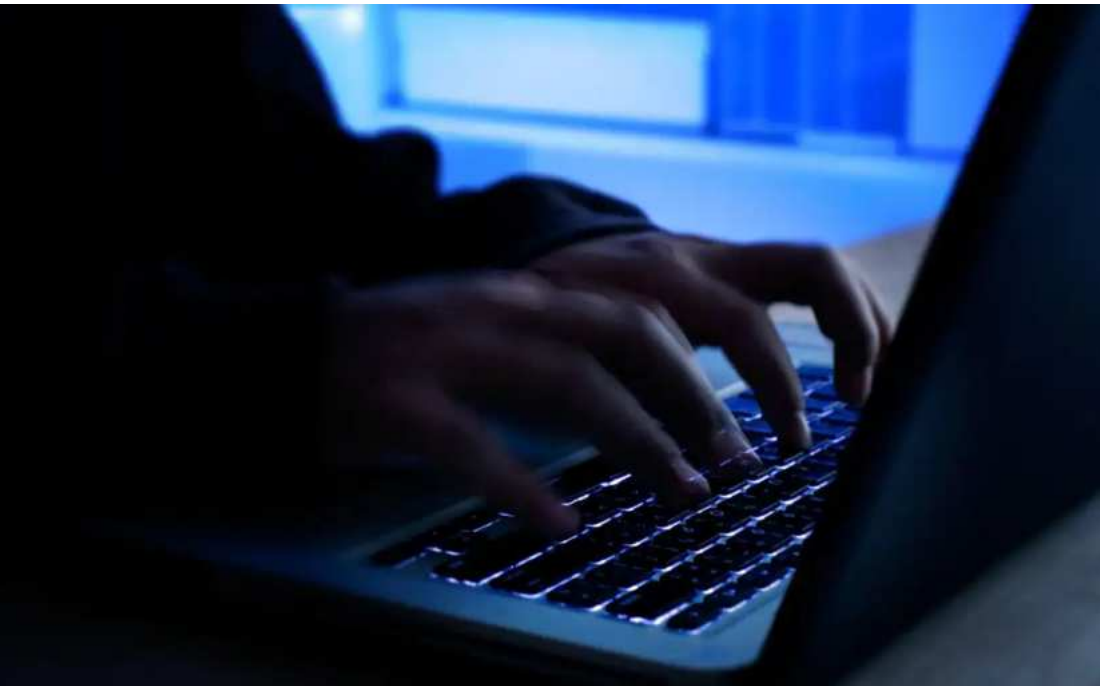
Aliados do prefeito não descartam uma reviravolta na chapa de Paes. De acordo com as lideranças partidárias, o PSD testa o impacto da divulgação da informação para avaliar a melhor decisão. Os partidos têm até o dia 6 de agosto para apresentar as chapas, e até o dia 15 para registrá-las na Justiça Eleitoral.

Desde que Pedro Paulo abdicou da possibilidade de ser indicado, novos nomes têm emergido como possibilidade para ocupar o lugar na chapa. O mais promissor é o ex-secretário de Paes e deputado estadual Eduardo Cavaliere, que tem 29 anos.

Ele é um dos subordinados mais próximos do prefeito e trabalhou como ajudante de ordens na campanha de Paes ao governo do Estado, em 2018. Antes disso, Cavaliere formou-se em direito na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ocupou a secretaria municipal de Meio-Ambiente do Rio entre 2021 e 2023.

Cavaliere é visto como um político pragmático, leal e severo. Apesar dos predicados que lhe garantiram a simpatia de Paes, ele não é bem quisto entre a classe política local, que julga que ele despende pouco tempo com a Câmara - apesar do posto explicitamente político. Ele ocupou a Casa Civil até o início de junho, quando a TSE determina que políticos se exonerem para concorrer às eleições.

Apesar de não ser a primeira opção para a chapa de Paes, era a segunda: Cavaliere é visto como um "plano B" caso o prefeito enfrente alguma dificuldade, como foi a desistência de Pedro Paulo.

O que se sabe sobre o ataque hacker que derrubou sistemas de ministérios

(Foto: Rapeepong Puttakumwong/Getty Images)

Polícia Federal (PF) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foram acionadas para investigar o caso

Um ataque hacker desestabilizou serviços do governo que utilizam o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) Multiórgão terça-feira, 23. Esse sistema é responsável por processos administrativos que tramitam de forma eletrônica em nove ministérios e dois órgãos do governo federal. Com a queda dele, várias funcionalidades ficaram indisponíveis internamente.

A Polícia Federal (PF) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foram acionadas para investigar o caso. Procurada, a PF disse apenas que trabalha no caso, enquanto a Abin não respondeu sobre possíveis atualizações da investigação.

Em comunicado interno, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou o problema aos servidores na quarta-feira, 24, e pediu para que eles buscassem "soluções alternativas" para que os processos urgentes não fossem paralisados. Segundo o anúncio, as plataformas apresentaram problemas e pararam de funcionar às 11h de terça-feira. Em nota divulgada à imprensa na manhã ontem, 25, o MGI informou que parte do problema foi solucionado e que o sistema que permite a comunicação entre órgãos do governo, dos Estados e dos municípios - chamado Tramita GOV.BR do Processo Eletrônico Nacional (PEN) - foi reestabelecido no final da tarde de quarta-feira. Entretanto, as equipes seguem trabalhando para reestabelecer o SEI nos nove ministérios afetados, diz a nota.

O Ministério também afirmou, em nota, que os serviços ofertados aos cidadãos, por meio do site oficial do governo, não foram afetados. O MGI se refere à falha como "grave incidente cibernético". Até o momento, não há relatos sobre possíveis reivindicações de autorias do ataque. Procurado pelo Estadão para atualizações sobre o caso, o ministério informou que, até o momento, não foi identificada nenhuma perda de dados ou informações.

Os ministérios e órgãos afetados pelo ataque hacker

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Fazenda, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Ministério da Previdência Social, Ministério da Igualdade Racial, Ministério das Mulheres, Casa da Moeda e Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Governo terá nova reunião para tentar evitar paralisação das agências reguladoras

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) vai realizar na próxima semana a quinta reunião com o sindicato dos servidores das agências reguladoras, visando evitar a paralisação de 48 horas aprovada pela categoria. O novo encontro será na segunda-feira, dia 29, de acordo com o Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências).

Há preocupação com a interrupção de serviços essenciais no País. Os servidores aprovaram uma paralisação geral em todas as 11 agências reguladoras, prevista para ocorrer entre os dias 31 de julho e 1º de agosto. Essa previsão só mudará se o governo apresentar uma proposta considerada satisfatória pelo sindicato.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos propôs, na última mesa de negociação, uma correção na folha que varia de 26% a 34%, acumulados até 2026 e já considerando o reajuste de 9% dado em 2023. O porcentual varia de acordo com as carreiras nas agências. Os próximos reajustes seriam em janeiro de 2025 e em abril de 2026.

A reivindicação imediata da categoria é a equiparação salarial com as carreiras do chamado ciclo de gestão, como analista de comércio exterior ou analista de planejamento e orçamento. Para os técnicos de nível intermediário nas agências, a demanda é por um patamar remuneratório correspondente a 75% da remuneração dos cargos de nível superior.

(Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil)

Os servidores aprovaram uma paralisação geral em todas as 11 agências reguladoras, prevista para ocorrer entre os dias 31 de julho e 1º de agosto.

Lula deveria enviar Alckmin em vez de Janja para abertura das Olimpíadas de Paris? Entenda

Pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos, o Brasil será representado pela mulher de um presidente da República. A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, conseguiu uma credencial para substituir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e vai receber a delegação brasileira na abertura das Olimpíadas de Paris. A cerimônia ocorrerá nesta sexta-feira, 26.

Normalmente, quem representa o Brasil como chefe de Estado na abertura das Olimpíadas é o presidente da República ou o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Lula, por exemplo, esteve na cerimônia de dois Jogos Olímpicos: 2004, em Atenas, na Grécia, e 2008, em Pequim, na China.

Lula avisou ao presidente da França, Emmanuel Macron, que está com a "agenda cheia" e que, por isso, não poderá acompanhar os jogos. O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que é o primeiro na linha sucessória na Presidência da República, não foi escalado pelo petista para ser o chefe de Estado brasileiro em Paris.

De acordo com o COB, o representante do Brasil nas delegações de autoridades que vão para os Jogos Olímpicos é escolhido pelo Palácio do Planalto. Ou seja, por não ir a Paris, o presidente Lula poderia indicar outra pessoa para comparecer em seu lugar. Ele teve a opção de escolher Janja, Geraldo Alckmin ou qualquer outro integrante do governo brasileiro.

O Comitê Olímpico Internacional (COI), por sua vez, exige que o COB e outras entidades olímpicas nacionais enviem os nomes dos chefes de Estado que vão representar os países durante os jogos.

Não é incomum a presença de primeiras-damas como representantes de Estado nas Olimpíadas. Na sexta-feira, pelos Estados Unidos, estará Jill Biden, mulher do presidente Joe Biden. Nos últimos jogos realizados em Tóquio, em 2021, Jill também encabeçou a delegação americana.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

Confiança do consumidor entra em campo positivo após seis meses, afirma ACSP

O Índice Nacional de Confiança (INC), que avalia o sentimento do consumidor brasileiro em relação à economia, elaborado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) em parceria com a PiniOn, voltou para o patamar positivo ao subir dois pontos porcentuais na passagem de junho para julho, chegando aos 100 pontos. O indicador estava no campo negativo - abaixo de 100 - desde fevereiro.

A percepção das famílias melhorou amplamente, tanto em relação à sua situação financeira presente quanto em termos das perspectivas futuras, refletindo um aumento na segurança no emprego, pontuou a ACSP. “Essa melhoria resultou em um aumento na disposição para adquirir itens de maior valor, como carro e casa, e bens duráveis, como geladeira e fogão, além de incentivar maior propensão ao investimento por parte das famílias”, completou a associação.

O economista da ACSP, Ulisses Ruiz de Gamboa, também defendeu que o INC de julho resulta dos aumentos da renda e do emprego, juntamente com menores elevações nos preços de produtos básicos. “Parecem ser os fundamentos por trás da melhoria na percepção das famílias sobre sua situação financeira atual e futura”. No entanto, em comparação com o mesmo mês do ano passado, houve uma queda de 2,0%. Em médias móveis trimestrais, o índice permaneceu estável, variando 0 (zero) ponto, para 99 pontos.

Por regiões e classes - Conforme a ACSP, em termos regionais e no recorte por classes socioeconômicas, os resultados, mais uma vez, foram divergentes. Houve diminuição da confiança nas regiões Centro-Oeste e Sul, enquanto, no Nordeste, Norte e Sudeste, o índice mostrou elevação. Em termos de classes socioeconômicas, houve diminuição do INC na classe C, estabilidade na AB e aumento na DE. A tragédia que assolou a Região Sul certamente contribuiu para a redução da confiança dos entrevistados daquela área, influenciando negativamente o resultado geral.

Emprego no comércio levou 3 anos para retomar nível pré-pandemia

As empresas do setor de comércio no Brasil precisaram de 3 anos para retomar o nível de emprego pré-pandemia da covid-19. A constatação está na Pesquisa Anual de Comércio, divulgada ontem (25), pelo IBGE.

O levantamento traz dados de 2022, quando o comércio brasileiro empregou 10,3 milhões de pessoas. Esse número supera em 157,3 mil o contingente de 2019, último ano antes da pandemia surgir. O ponto máximo da série iniciada em 2007 é 10,6 milhões, em 2014.

“Estamos longe do valor da máxima histórica, mas houve crescimento, depois de 2020, em todos os anos, aumento do número de pessoas ocupadas”, avalia o pesquisador do IBGE Marcelo Miranda Freire Melo. A pesquisa é feita com empresas de 22 setores de três grandes segmentos: comércio varejista, comércio por atacado e comércio de veículos, peças e motocicletas. O instituto explica que a diferença entre varejo e atacado é o destino da venda. No varejo, a finalidade é o uso pessoal e doméstico; enquanto no atacado, outras empresas e órgãos da administração pública.

O comércio varejista é o carro-chefe na ocupação de trabalhadores, com 7,6 milhões de empregos em 2022. O atacado responde por 1,9 milhão, o maior da série histórica, e o comércio de veículos automotores, peças e motocicletas emprega 846,2 mil.

O segmento que mais emprega individualmente é o de hiper e supermercados, com 14,8% dos ocupados, o que equivale a 1,5 milhão de pessoas.

IBGE: alimentação no domicílio recua 0,70% no IPCA-15 de julho; fora do domicílio avança 0,25%

Os preços dos alimentos no domicílio recuaram 0,70% na apuração de julho do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) de julho. Foi o primeiro recuo desde outubro de 2023, quando a abertura teve deflação de 0,52%. Com isso, a alimentação no domicílio acumula alta de 4,52% nos últimos 12 meses.

Já a alimentação fora do domicílio avançou 0,25% em julho, desacelerando em relação a alta de 0,59% em junho. A refeição fora de casa passou de 0,51% para 0,23% no período, enquanto o lanche saiu de 0,80% em junho para 0,24% em julho. No acumulado do ano, de janeiro a julho de 2024, a alimentação fora do domicílio apresenta alta de 4,47%.

O grupo Alimentação e bebidas, por sua vez, passou de alta de 0,98% em junho, para queda de 0,44% em julho, a primeira variação negativa após oito meses consecutivos de alta, conforme informou o IBGE. Só o grupo respondeu por uma contribuição negativa de 0,09 ponto porcentual para o IPCA-15 como um todo.

Na alimentação no domicílio, contribuíram para o recuo de 0,70% no IPCA-15 de julho a ampliação da deflação de cenoura (-0,28% para -21,60%) e cebola (-2,52% para -7,89%), além da troca de sinal no tomate (6,32% para -17,49%).

Já entre as principais pressões de alta nos alimentos, o IBGE destaca os avanços no leite longa vida (8,84% para 2,58%) e café moído (3,75% para 2,54%), apesar das variações menos intensas na comparação com o mês passado.

Prévia da inflação em julho fica abaixo da taxa de junho, aponta IBGE

A prévia da inflação oficial do país em julho registrou 0,30%, mais baixa que a de junho, quando ficou em 0,39%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado ontem (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, mostrou que a maior variação, de 1,12%, e o maior impacto, de 0,23 ponto percentual, partiram do grupo Transportes, seguidos por Habitação (0,49% e 0,07 p.p) e Saúde e Cuidados Pessoais (0,33% e 0,05 p.p).

De acordo com o IBGE, em 12 meses, a variação do IPCA-15 atingiu 4,45%, patamar superior aos 4,06% verificados em igual período imediatamente anterior. Em julho de 2023, a taxa registrou queda de 0,07%.

A pesquisa para o cálculo do IPCA-15 indicou ainda que sete dos nove grupos de produtos e serviços analisados avançaram em julho. Em movimento contrário, ficaram o grupo de Alimentação e Bebidas, com queda de 0,44%, e o de Vestuário, queda de 0,08%.

Dentro do grupo Alimentação e Bebidas, uma contribuição importante para a redução de 0,44% em julho foi a alimentação em domicílio, que caiu 0,70%.

Contribuíram para esse resultado as quedas da cenoura (21,60%), do tomate (17,94%), da cebola (7,89%) e das frutas (2,88%). Em alta, destacam-se o leite longa vida (2,58%) e o café moído (2,54%). A alta de 0,25% na alimentação fora do domicílio significou uma desaceleração na comparação com o mês de junho, quando ficou em 0,59%.

A explicação da queda de ritmo, segundo o IBGE, são as altas menos intensas do lanche, de 0,80% em junho para 0,24% em julho, e da refeição, de 0,51% em junho para 0,23% em julho.

Já no grupo Habitação, que avançou 0,49%, a influência foi a energia elétrica residencial com variação de 1,20% e impacto de 0,05 p.p.

(Foto: EBC)

A maior variação, de 1,12%, e o maior impacto, de 0,23 ponto percentual, partiram do grupo Transportes.

BNDES financia R$ 100 milhões para recuperar rodovia na serra gaúcha

(Foto: EBC)

A concessionária Caminhos da Serra Gaúcha S/A recebeu financiamento de R$ 100 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para garantir liquidez da empresa, afetada pelo evento climático extremo que atingiu o Rio Grande do Sul.

Os recursos serão destinados ao capital de giro para suporte às necessidades de liquidez mais imediatas da concessionária.

“A operação faz parte do esforço do governo federal para recuperação dos danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul. A instituição financeira está comprometida em esforços com nossa rede parceira”, afirmou a diretora responsável pelo Programa Emergencial do BNDES para o Rio Grande do Sul, Maria Fernanda Ramos Coelho.

De acordo com a concessionária, em sua malha viária foram registrados pontos de bloqueio total de tráfego, bem como diversos tipos de danos à estrutura rodoviária, tais como deslizamentos de terra, afundamentos, fissuras e trincas no pavimento, queda de árvore, acúmulo de água na pista, erosão e obstrução de drenagem.

Três serras - A concessionária explora 271,54 km que atravessam três serras - Serra de Farroupilha, Serra de Antônio Prado e Serra de Carlos Barbosa - e o Vale do Caí. A malha atende de 18 municípios que tiveram o estado de calamidade pública decretado: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Bom Princípio, Campestre da Serra, Capela de Santana, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, Montenegro, Portão, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Triunfo e Vacaria.

“O BNDES, em seu esforço de apoiar a recuperação do Rio Grande do Sul, buscou com a operação garantir a continuidade das operações da concessionária Caminhos da Serra Gaúcha”, ressaltoua diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática, Luciana Costa.

A concessionária participou, no primeiro momento, da liberação emergencial do fluxo de veículos em sua malha rodoviária. A atuação se concentrou notadamente nas barreiras que desabaram sobre as rodovias, nas cabeceiras de pontes e nos sistemas de drenagem que não suportaram o volume das chuvas, na mobilização de todo seu efetivo operacional, bem como o reforço de pessoal terceirizado, máquinas e equipamentos contratados para estas tarefas.

Arrecadação no primeiro semestre teve aumento de 9,08%

A arrecadação do governo federal apresentou um aumento real, descontada a inflação, de 9,08%, no primeiro semestre de 2024, informou ontem (25) a Receita Federal. No período, a arrecadação alcançou o valor de R$ 1,289 trilhão.

Em junho, a arrecadação total das Receitas Federais atingiu, o valor de R$ 208,8 bilhões, registrando acréscimo real, descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 11,02% em relação a junho de 2023. Quanto às Receitas Administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado no período acumulado de janeiro a junho de 2024, alcançou R$ 1,235 trilhão, registrando acréscimo real de 8,93%. Em junho, a arrecadação ficou em pouco mais de R$ 200 bilhões, representando um acréscimo real (IPCA) de 9,97%. Segundo a Receita, o acréscimo observado no período pode ser explicado pelo bom desempenho da atividade econômica, em especial da produção industrial, da venda de bens e serviços e do aumento da massa salarial. Também contribuiu para o aumento da arrecadação da Cofins e Pis/Pasep, que registrou crescimento real de 18,79%. Entre janeiro e junho, o PIS/Pasep e a Cofins totalizaram uma arrecadação de R$ 256,2 bilhões.

Além da retomada da tributação sobre os combustíveis e da exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos dessas contribuições, o resultado foi puxado pelo aumento real de 3,85% no volume de vendas e de 1,39% no volume de serviços entre dezembro de 2023 e maio de 2024, em relação ao período compreendido entre dezembro de 2022 e maio de 2023. Outro destaque foi o crescimento real de 20,59% da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre Capital, decorrente da tributação dos fundos exclusivos. Entre janeiro e junho a arrecadação do tributo foi de R$ 72,9 bilhões. A Receita também apontou destaque o resultado da arrecadação do Imposto sobre a Renda da pessoa Física (IRPF), que apresentou um aumento real de 21,26%, em função da atualização de bens e direitos de brasileiros no exterior.

Haddad: desenvolvimento sustentável é um dos maiores desafios globais

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, quarta-feira (24), que o Brasil se une aos demais países signatários do Quadro Global de Financiamento Climático, endossado durante a COP 28, nos Emirados Árabes Unidos, destacando que esse instrumento se conecta com alguns dos principais compromissos da presidência brasileira do G20 ao contribuir para tornar o financiamento climático mais disponível e acessível para todos. “Estou confiante que através da nossa sabedoria coletiva, determinação e colaboração, podemos traçar um curso em direção a um futuro mais sustentável e próspero”, disse Haddad, ao participar do evento “Emirados Árabes Unidos COP28-G20 Brasil Finance Track, no Rio de Janeiro. Haddad elencou as prioridades sobre finanças sustentáveis na presidência do G20. Agradeceu o compromisso dos países árabes em enfrentar a crise climática, que considera um dos desafios mais urgentes da atualidade, “ao mesmo tempo em que reforçam a luta para reduzir as desigualdades e manter o desenvolvimento sustentável de nossas economias”. O ministro destacou que os países se reuniam em um momento crítico, marcado por tragédias ambientais como as recentes inundações que devastaram o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, que provam a urgência de agir contra a mudança do clima. Defendeu que a necessidade de um esforço global coordenado “nunca foi tão evidente”. “Sabemos que mais de um terço da economia global estão expostos a riscos físicos relacionados às mudanças climáticas. Até 2050, caso o aquecimento global não seja mantido bem abaixo de 2 graus Celsius, cerca de 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial poderão ser perdidos anualmente na ausência de medidas de adaptação. As decisões que tomarmos e as ações que realizarmos em fóruns como o G20 e a COP ressoarão globalmente e definirão o legado que deixaremos para as futuras gerações”, indicou o ministro.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Nos EUA, Netanyahu defende conduta de Israel em Gaza e agradece aliança

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, defendeu a sua conduta na guerra da Faixa de Gaza no seu discurso no Congresso dos Estados Unidos, quarta-feira, 24. Durante cerca de 40 minutos, o premiê construiu uma retórica da guerra como "civilização e barbárie", disse que as ações de Israel foram de autodefesa e agradeceu os políticos americanos pelo apoio na guerra. Ele foi ovacionado durante grande parte do tempo.

O discurso foi realizado durante uma visita de Netanyahu nos EUA, em sua primeira viagem ao exterior desde o início da atual guerra na Faixa de Gaza, em 6 de outubro do ano passado. Em nove meses de conflito, dezenas de pessoas seguem reféns do Hamas e quase 40 mil palestinos morreram por ataques israelenses, a maioria crianças e mulheres.

(Foto: EBC)

O premiê focou em elogiar a liderança entre Israel e os EUA e evitou tocar na política interna americana, elogiando tanto Joe Biden como Donald Trump.

O premiê focou em elogiar a liderança entre Israel e os EUA e evitou tocar na política interna americana, elogiando tanto Joe Biden como Donald Trump e deixando as diferenças com estes de lado. Ele não citou a vice-presidente Kamala Harris, com quem iria se encontrar ontem, 25, para debater o futuro do conflito e que agora disputa as eleições presidenciais.

Em grande parte do discurso, Netanyahu se dedicou a argumentar que os EUA e Israel tinham uma causa em comum no Oriente Médio, que tem o Irã como o maior inimigo e a democracia como defesa. "Nossos inimigos são seus inimigos", disse. "Nossa vitória será a sua vitória". O premiê também apelou para mais ajuda militar americana para Israel, destacando o papel que o país teve aos EUA em outros momentos no fornecimento de armamentos avançados, utilizados "para proteger soldados americanos", e nas informações de inteligência sobre o Oriente Médio. "Ajudamos a manter as botas dos soldados dos EUA no chão (do Oriente Médio), ao mesmo tempo que protegemos nossos interesses comuns", declarou.

Na Alemanha, Scholz se mostra confiante e tentará novo mandato

(Foto: EBC)

Scholz disse estar confiante em mudar a sorte de seu partido de centro-esquerda.

O chanceler alemão, Olaf Scholz, disse, quarta-feira, 24, que está confiante em mudar a sorte de seu partido de centro-esquerda, em dificuldades, e que concorrerá a um segundo mandato como líder da Alemanha em uma eleição prevista para o próximo ano, rejeitando a sugestão de que poderia imitar o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e abrir caminho para outra pessoa.

A coligação governamental de Scholz, que tomou posse no fim de 2021, propôs modernizar a Alemanha, mas ganhou uma reputação de estar sempre em discórdia, além de enfrentar uma comunicação ruim. Todos os três partidos da aliança observaram queda da popularidade. Nas eleições para o Parlamento Europeu no mês passado, os representantes sociais democratas ligados ao chanceler terminaram em terceiro lugar, com apenas 13,9% dos votos, o pior resultado desde a Segunda Guerra, considerando eleições nacionais. O patamar ficou muito abaixo do apoio de 25,7% com que venceram por pouco as últimas eleições nacionais na Alemanha, em 2021.

A queda no apoio é um "incentivo" para melhorar, e "está claro para mim que devemos convencer as pessoas com as nossas ações... e com clareza", disse Scholz em entrevista anual.

Uma pesquisa com membros do Partido Social Democrata, ou SPD, publicada na segunda-feira, sugeriu que apenas um terço achava que ele deveria concorrer novamente ao posto de chanceler nas próximas eleições.

Musk aparece como convidado de Netanyahu em discurso do premiê israelense nos EUA

Um dia após anunciar a operação de internet Starlink na região de Gaza, Elon Musk apareceu no Congresso americano como convidado de Binyamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, em sua visita oficial aos EUA na última quarta-feira, 24. O dono da Tesla se sentou em uma cabine reservada ao líder israelense ao lado da esposa de Netanyahu e de soldados.

A visita, durante um discurso de Netanyahu no Congresso, aumentou a crítica sobre a tendência de Musk se alinhar à ala direitista americana. Binyamin Netanyahu fez, nesta semana, uma visita diplomática aos EUA, onde pediu reforços militares e de equipamentos para a guerra contra o grupo terrorista Hamas. Essa é a primeira viagem do premiê ao exterior desde o início do conflito, em outubro de 2023.

(Foto: Divulgação)

Na terça-feira, 23, Musk anunciou que o serviço de internet da Starlink estava disponível na região de Gaza, mais especificamente para um hospital da cidade, apoiado pelo governo de Israel.

O momento político de Musk parece se estender em um ano de eleições presidenciais nos EUA. Nas últimas semanas, o bilionário anunciou seu apoio à candidatura de Donald Trump para a Casa Branca, após o atentado contra o ex-presidente em 13 de julho.

Desde então, o dono da Tesla, SpaceX e X tem usado as redes sociais para demonstrar seu endosso à campanha e para reforçar porque acredita que Trump é a melhor opção para o país.

Musk nega que doará US$ 45 milhões mensais à campanha de Trump - Na última semana, o jornal Wall Street Journal anunciou que Musk estaria doando uma quantia de US$ 45 milhões por mês para uma Super Pac, destinada à campanha presidencial de Trump. Porém, o bilionário sul-africano compareceu ao programa de Jordan Peterson, onde afirmou que não é verdade que doaria essa quantia para a campanha de Trump. Em meados do mês de julho, o Wall Street Journal havia reportado a suposta intenção do bilionário de fornecer a US$ 45 milhões mensais para o Super Pac focado em eleger Donald Trump.

De acordo com o veículo, se Musk prosseguisse com a doação, o montante representaria uma quantia "extraordinária". Até o momento, a maior injeção de fundos registrada em 2024 foram os US$ 50 milhões fornecidos ao Super Pac de Trump pelo bisneto do banqueiro Thomas Mellon.

EUA e Canadá interceptam aviões militares da Rússia e da China voando perto do Alasca

O Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte (Norad, na sigla em inglês) afirmou que aviões militares da Rússia e da China foram interceptados voando perto do Alasca, quarta-feira, 24. Caças dos Estados Unidos e Canadá realizaram a intercepção, de acordo com o Comando, que é uma organização de defesa binacional dos dois países.

"O Norad detectou, rastreou e interceptou duas aeronaves militares russas TU-95 e duas RPC H-6 operando na Zona de Identificação de Defesa Aérea do Alasca em 24 de julho de 2024. Caças Norad dos Estados Unidos e Canadá conduziram a intercepção", disse o comunicado.

Segundo o comando, as aeronaves permaneceram no espaço aéreo internacional e a atividade aérea não é vista como uma ameaça. "O Norad continuará monitorando a atividade dos concorrentes perto da América do Norte e responderá à presença com presença", disse a nota.

A Zona de Identificação e Defesa é um perímetro no qual o tráfego aéreo é monitorado além da fronteira do espaço aéreo nacional para fornecer tempo de reação adicional em caso de ações hostis.

Não é incomum que aeronaves russas se aproximem da região. Em junho de 2020, por exemplo, duas aeronaves russas chegaram a 80 quilômetros da Ilha Unimak, ao longo da cadeia das Ilhas Aleutas, no Alasca. Na época, o incidente foi o quinto em um só mês que tal interceptação ocorreu.

TSE cancela envio de servidores para acompanhar eleição na Venezuela

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou, quarta-feira (24)) que desistiu de enviar dois representantes para acompanhar as eleições presidenciais na Venezuela. O pleito será realizado no próximo domingo (28).

A medida foi tomada após o presidente Nicolás Maduro, candidato à reeleição, afirmar que as eleições no Brasil não são auditadas. As declarações foram feitas durante comício realizado terça-feira (23). Segundo Maduro, a Venezuela tem "a melhor auditoria do mundo" e que "nenhum boletim de urna é auditado no Brasil". Diante das declarações, o TSE reafirmou que as urnas eletrônicas são auditáveis e seguras e declarou que as falas de Maduro são falsas.

"Em face de falsas declarações contra as urnas eletrônicas brasileiras, que, ao contrário do que afirmado por autoridades venezuelanas, são auditáveis e seguras, o Tribunal Superior Eleitoral não enviará técnicos para atender convite feito pela Comissão Nacional Eleitoral daquele país para acompanhar o pleito do próximo domingo", afirmou o tribunal, em nota.

"A Justiça Eleitoral brasileira não admite que, interna ou externamente, por declarações ou atos desrespeitosos à lisura do processo eleitoral brasileiro, se desqualifiquem com mentiras a seriedade e a integridade das eleições e das urnas eletrônicas no Brasil", acrescentou.

Mapa da Fome: Brasil melhora, mas tem 8,4 milhões de subnutridos, diz ONU

Um total de 8,4 milhões de brasileiros ainda passam fome, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) divulgado, quarta-feira, 24 No total, quase 1/5 da população brasileira não teve acesso adequado à alimentação nos últimos três anos.

O resultado apresenta melhora ante a medição anterior, mas mantém o País no Mapa da Fome global.

Divulgado anualmente, o relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo mostra que, no triênio compreendido entre 2021 e o ano passado, 3,9% da população brasileira apresentou desnutrição crônica. A ONU considera que um país integra o Mapa da Fome quando esse índice é igual ou superior a 2,5% do total da população. O resultado é um pouco melhor do que o apresentado no relatório do ano passado, com recuo de 0,8 ponto porcentual no índice total de famintos no Brasil. Na comparação com o relatório anterior, 1,7 milhão de brasileiros deixaram de sofrer de desnutrição crônica, equivalente a um terço do necessário para que o País saia do Mapa da Fome.

Kamala Harris reforça argumentos de campanha e se apresenta como contraponto a Trump

A vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, traçou argumentos de campanha em discurso durante evento com sindicato de professores americanos ontem, 25. Harris é a provável candidata democrata à presidência, após o atual chefe da Casa Branca, Joe Biden, desistir da reeleição.

Durante o pronunciamento, Harris buscou se apresentar como contraponto ao ex-presidente Donald Trump, candidato pelo Partido Republicano. Acusou o rival de defender cortes de impostos para bilionários, restrições ao direito ao aborto e medidas consideradas "extremistas" que violariam as liberdades. "Nossa luta é pelo futuro e pela liberdade", afirmou.

A vice-presidente também exaltou o movimento sindical e disse que esses grupos ajudaram a "construir a classe média" americana "Você pode não ser o membro de um sindical, mas é graças a eles que temos uma semana de cinco dias de trabalho e um dia de oito horas de trabalho", ressaltou.

Harris aproveitou para elogiar Biden e garantiu que o presidente continuará trabalhando, ao longo dos próximos seis meses, em favor do povo americano.

A vice-presidente vem intensificando a agenda eleitoral, à medida que a cúpula do Partido Democrata se une ao redor do nome dela para tentar derrotar Trump. Pesquisas recentes mostram que Harris melhorou desempenho em intenções de voto na comparação com Biden, mas o republicano ainda aparece à frente dela em boa parte das sondagens.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Ministro da Agricultura discute medidas emergenciais para reestruturação do Inmet

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, se reuniu, quarta-feira, 23, com o diretor do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Naur Pontes, para discutir a reestruturação do órgão. Em publicação nas redes sociais, Fávaro disse que debateu os próximos passos do plano do instituto. "Estamos empenhados em promover a inovação e modernização do Inmet por meio de um plano de ação baseado em três pilares fundamentais: pessoal, processos e estrutura", escreveu Fávaro na publicação. O ministro afirmou ainda que a pasta estrutura ações de curto prazo com a implementação de medidas emergenciais para "garantir a continuidade das operações e a reorganização das atividades". "Temos ações de médio prazo com foco na otimização dos processos administrativos, logísticos e orçamentários para preparar o Inmet para o futuro; e ações de longo prazo para acompanhamento das implementações realizadas e a nomeação e distribuição dos novos servidores que ingressarem na administração pública federal por meio Concurso Público Nacional Unificado (CNU)", acrescentou o ministro.

Newcastle: Ministério da Agricultura reduz emergência zoossanitária no RS para 5 municípios

O Ministério da Agricultura reduziu a abrangência do estado de emergência zoossanitária no Rio Grande do Sul para cinco municípios. Até então, todo o território do Estado encontrava-se em estado de emergência desde 18 de julho, após a constatação de um foco da doença de Newcastle em um aviário comercial no município de Anta Gorda. Com a nova medida, os municípios de Anta Gorda, Doutor Ricardo, Putinga, Ilópolis e Relvado permanecem em emergência.

A flexibilização da emergência zoossanitária no Rio Grande do Sul consta em portaria, publicada em edição extra do Diário Oficial da União. A decisão, relatam fontes, vem após resultados de testes laboratoriais descartarem novos casos na região. Cinco casos suspeitos apresentaram resultado negativo para o vírus patogênico. A restrição da emergência zoossanitária à região afetada foi solicitada pelo setor avícola gaúcho ao ministério, que pleiteou que sejam consideradas medidas restritivas apenas dentro de um raio de 10 quilômetros do caso identificado em Anta Gorda.

Em nota, o Ministério da Agricultura esclareceu que até o momento apenas um foco da doença foi detectado no País. De acordo com a pasta, não foram identificadas suspeitas de novos focos para a DNC, nas 443 propriedades visitadas pelas equipes técnicas do Ministério e da defesa agropecuária estadual, incluindo a totalidade de alojamentos de produção avícola comercial localizados na área de onde foi detectado a doença. "A agilidade com que nossa equipe tem trabalhado é de extrema importância para voltarmos a normalidade das nossas exportações de frango", disse Fávaro na nota. O Ministério reiterou que o consumo de produtos avícolas inspecionados pelo Serviço Veterinário Oficial (SVO) permanece seguro e sem contraindicações. A doença de Newcastle é uma zoonose viral que afeta aves domésticas e silvestres e causa sinais há uma semana a detecção do foco de DNC em um estabelecimento industrial de 14 mil animais em Anta Gorda, no Rio Grande do Sul. Segundo o Ministério, o estabelecimento avícola foi "imediatamente interditado". Os últimos casos no País haviam sido registrados em 2006 em aves de subsistência no Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Em virtude da doença, o Brasil suspendeu as exportações de produtos avícolas para 44 mercados, incluindo a China, conforme previsto nos protocolos sanitários acordados com os países.

Corregedoria afasta auditor suspeito de ligação com esquema de combustíveis adulterados

A Corregedoria da Fiscalização Tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo abriu um procedimento administrativo disciplinar sobre a conduta do auditor fiscal Ricardo Catunda do Nascimento Guedes, alvo da Operação Barão de Itararé, deflagrada terça, 23. O auditor é investigado pela Polícia Federal por suposta corrupção e favorecimento de uma organização criminosa que vende combustíveis adulterados.

A reportagem do Estadão busca contato com a defesa de Catunda. O espaço está aberto.

A Secretaria da Fazenda reiterou "seu compromisso com os valores éticos e justiça fiscal". Em nota, a Pasta destacou que "repudia qualquer ato ou conduta ilícita" e se compromete com a apuração de desvios eventualmente praticados. A Corregedoria pediu à 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores de São Paulo que compartilhe provas e informações da Operação Barão de Itararé para abastecer a apuração disciplinar sobre Catunda.

A Secretaria da Fazenda informou que já afastou das funções o auditor - medida determinada pela Justiça - e bloqueou acessos ao Sistema Informatizado de Administração de Pessoal. Ele também não pode comparecer à sede da Fazenda do Estado. "O servidor não possui mais acesso físico às instalações da Sefaz-SP, tampouco aos sistemas informatizados e base de dados de forma remota", destacou a Secretaria.

O auditor, agora investigado também no âmbito disciplinar, já integrou os quadros da própria Corregedoria da Fazenda do Estado, Ele foi corregedor-assessor na gestão Marcus Vinícius Vannucchi, que é réu por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Vannucchi é acusado de articular um 'complexo e calculado esquema criminoso' de cobrança de propinas para livrar empresas de fiscalização com a divisão de valores entre os fiscais por ele aliciados. Ele foi alvo principal da Operação Pecúnia Non Olet, em 2019, quando a Polícia Civil e o Ministério Público encontraram US$ 180 mil e 1,3 mil euros em uma sala secreta na casa da ex-mulher de Vannucchi no interior paulista. Ricardo Catunda chegou a ser alvo de um inquérito civil, junto de Vannucchi, em 2019. A apuração se debruçou sobre possíveis irregularidades no arquivamento de procedimentos administrativos contra 17 agentes da Secretaria de Fazenda durante a gestão Vannucchi.A investigação foi arquivada em 2021 por falta de provas suficientes para "concluir pela ocorrência ou não de eventuais insuficiências investigatórias por parte dos corregedores".

Haddad: 'queremos resgatar robustez dos programas sociais, mas houve descontrole de cadastros'

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que recentemente defendeu a aplicação de um pente fino nos programas sociais que resultou em uma economia de R$ 26 bilhões, disse na noite de quarta-feira, 24, em entrevista à GloboNews, que o governo quer resgatar a robustez dos programas sociais.

"Queremos resgatar robustez dos programas sociais, mas houve descontrole de cadastros", disse o ministro. Haddad reiterou ainda que irá perseguir o déficit primário zero, sobretudo com um cenário internacional desafiador como o que se apresenta.

Orçamento - Haddad também disse que, caso as regras de vinculação do Orçamento não sejam alteradas, as despesas obrigatórias irão comprimir os gastos discricionários do governo federal. A desvinculação do Orçamento é uma proposta apresentada pela Fazenda e pelo Planejamento como forma de ajustar as contas públicas.

(Foto: EBC)

Na entrevista à GloboNews, o ministro disse ainda que estão sendo traçados cenários para o aumento das faixas de isenção e para a diminuição da alíquota sobre o consumo, em meio à regulamentação da reforma tributária. Ao ser questionado sobre a discussão em torno do indexador da dívida dos Estados, o ministro reforçou que o indexador dos débitos merece ser revisado. Contudo, disse Haddad, "um acordo com os Estados não pode desarrumar as contas da União". "Há parâmetros aceitáveis para negociação com Estados sobre dívida. Temos de entrar em entendimento, inclusive com Estados não devedores", disse.

Haddad afirmou também que os cálculos da Fazenda estavam corretos, o que significa que o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a desoneração da folha de pagamentos vão custar R$ 40 bilhões aos cofres públicos em 2024

Sobre a relação entre a Fazenda e o Banco Central, Haddad disse que a autarquia precisa entender que a Fazenda faz um trabalho diário de acompanhamento das contas. "O BC vai fazer todas as contas para tomar melhor decisão para País", disse o ministro.

Justiça do Rio ouve testemunhas de acusação do Faraó dos Bitcoins

A Justiça do Rio de Janeiro ouviu, quarta-feira (24) sete testemunhas de acusação requeridas pelo Ministério Público do Rio de Janeiro em audiência de instrução e julgamento do processo no qual Glaidson Acácio dos Santos, conhecido como "Faraó dos Bitcoins", é acusado de liderar organização criminosa em um esquema de pirâmide financeira envolvendo criptomoedas. O esquema lesou clientes da G.A.S Consultoria e Tecnologia em Cabo Frio, na Região dos Lagos. A Operação Kryptos, que levou à prisão de Glaidson dos Santos, foi deflagrada pela Superintendência da PF no Rio de Janeiro em agosto de 2021 e foi responsável por uma das maiores apreensões de criptomoedas e valores, em espécie, somados, da Polícia Federal.

TCU arquiva um dos processos sobre suposta irregularidade em evento com Lula e Boulos

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, quarta-feira, o arquivamento de um dos pedidos feitos pela Câmara dos Deputados sobre um suposto "financiamento da Lei Rouanet" e da Petrobras a evento com a participação do presidente Lula e do candidato à Prefeitura de São Paulo (SP) Guilherme Boulos (PSOL)

O requerimento é de autoria do deputado Evair de Melo e foi encaminhado à Corte de Contas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira. O evento foi no último 1º de Maio, Dia do Trabalho, na Zona Leste da capital paulista. Lula chegou a pedir votos a Boulos, na ocasião.

O parecer aprovado no plenário do TCU nesta quarta-feira afasta o caso da competência do Tribunal, ao mencionar que a eventual existência de abuso de poder econômico e político em campanhas eleitorais e a ocorrência de campanha eleitoral antecipada é responsabilidade da Justiça Eleitoral.

O mesmo tema já foi tratado e negado em outras duas representações anteriores.

Outros dois pedidos estão em fase de instrução, especificamente sobre possível irregularidade na utilização de incentivos fiscais da Lei Rouanet no evento realizado no dia 1º de maio de 2024.

A empresa Veredas Gestão Cultural foi responsável pelo festejo, sendo beneficiada pela lei que prevê isenções fiscais para o setor. A ligação com a Petrobras foi feita em outra frente: com o apoio feito ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Conforme o parecer do TCU, um dos projetos culturais do Pronac, que contempla a Veredas Gestão Cultural, recebeu um aporte de R$ 1,2 milhão da Petrobras, dentro da política de incentivo cultural na companhia. Até a data de início de junho de 2024, esse projeto ainda não havia sido autorizado a executar os recursos, em fase de análise pelo Ministério da Cultura.

Eventuais regularidades da aprovação e da execução no Pronac estão sendo analisadas em outros processos no TCU. Nesse ponto, somente após as instruções é que o Tribunal poderá se manifestar quanto à ocorrência ou não de irregularidades.

Datena define a 1ª medida caso seja eleito prefeito de SP; saiba qual é

Pré-candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo, José Luiz Datena definiu que, se eleito, sua primeira medida como prefeito da capital será implementar o programa "Passando a Limpo", que vai revisar todos os contratos da administração pública, como uma auditoria.

A revisão de contratos também foi a primeira medida adotada pelo ex-prefeito José Serra, do PSDB, ao assumir a Prefeitura de São Paulo, em 2005. Assim que tomou posse, o tucano ordenou a reavaliação e renegociação de todos os contratos e licitações da administração estadual, com o objetivo principal de reduzir gastos.

A proposta de Datena, porém, terá outro enfoque: dar transparência aos contratos da prefeitura.

A ideia do apresentador surfa em duas polêmicas recentes que atingiram a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB): o aumento dos contratos emergenciais e a recente operação que apontou possíveis vínculos entre empresas de ônibus que operam na capital e o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Além do programa "Passando a Limpo", Datena está elaborando outras propostas que serão apresentadas aos eleitores nos próximos dias. Uma delas prevê a instalação de câmeras corporais em todos os agentes fiscais da prefeitura, não se limitando apenas aos que atuam na área de segurança pública. O objetivo é prevenir casos de extorsão, como aqueles envolvendo comerciantes O próprio gabinete do prefeito terá uma câmera para registrar as audiências.

ESPORTES

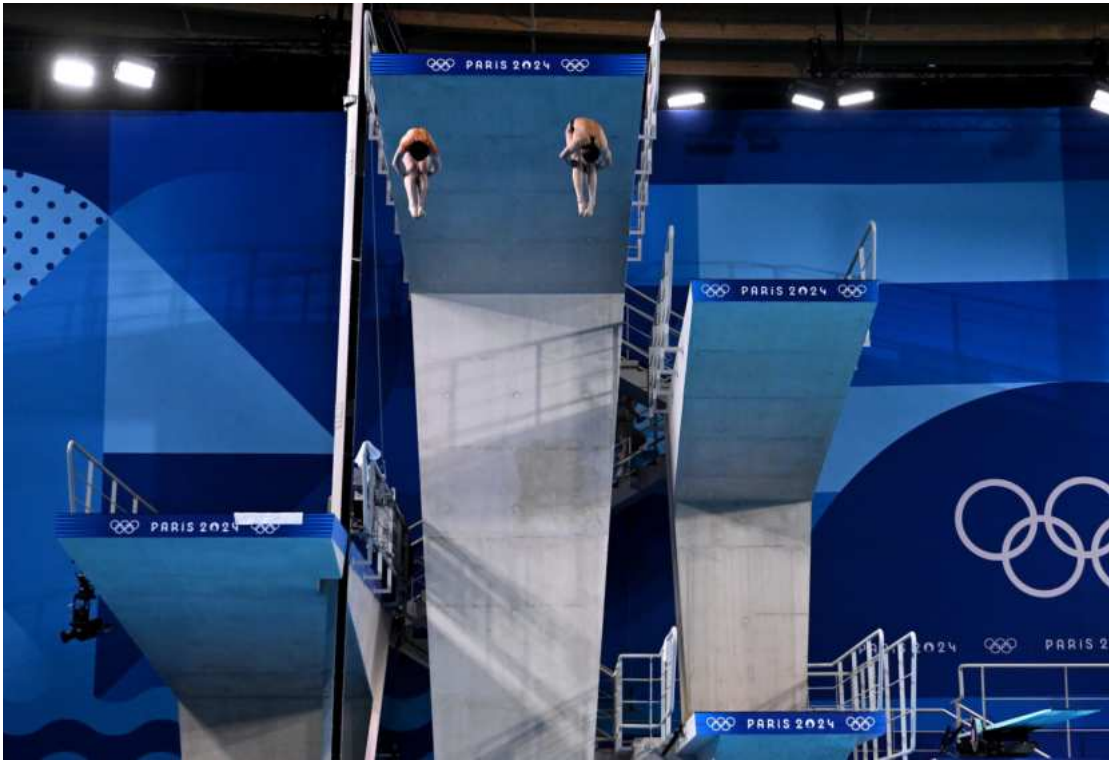
EDIÇÃO NACIONAL

Cerimônia de abertura da Olimpíada de Paris-2024: onde assistir, horário e como vai ser

(Foto: Divulgação)

A Olimpíada de Paris-2024 começa nesta sexta-feira com uma novidade. Pela primeira vez na história, a cerimônia de abertura vai acontecer fora de um estádio. O aguardado evento acontecerá no Rio Sena e os atletas vão desfilar em barcos. A inovação faz com que a cerimônia seja gratuita para grande parte dos espectadores.

Durante o percurso pelo rio, de aproximadamente seis quilômetros, os quase 100 barcos com cerca de 10.500 atletas vão passar por símbolos da capital francesa, como o Museu do Louvre, a Catedral de Notre Dame e o Grand Palais. O trajeto termina em frente à Torre Eiffel, onde a pira olímpica vai ser acesa e onde serão realizados os protocolos oficiais.

Como vai ser a cerimônia de abertura - Tradicionalmente, a Grécia, por ter sido o país que deu origem à Olimpíada, é a primeira delegação a desfilar. A expectativa é que a segunda equipe a percorrer o Rio Sena, repetindo o que aconteceu nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2021, sejam os atletas refugiados, que disputam a competição pelo Comitê Olímpico Internacional (COI).

A partir daí, a entrada ocorre seguindo a ordem alfabética, de acordo com o alfabeto da sede, no caso a França.

O formato é o mesmo do Brasil, já que ambos seguem o alfabeto latino, com 26 letras. Seguindo a tradição, o país-sede é quem fecha o desfile.

Data e Hora - A cerimônia terá início às 14 horas, pelo horário de Brasília, desta sexta-feira, dia 26 de julho, na capital francesa.

Onde Assistir
Globo (TV aberta)
SporTV (TV fechada)
Globoplay (streaming)
CazéTV (streaming)

Corinthians oficializou novo patrocinador ontem após imbróglio

(Foto: Divulgação)

O Corinthians anunciou ontem a Esportes da Sorte como nova patrocinadora master. A oficialização da parceria deve ocorrer durante uma ação no intervalo da partida diante do Grêmio, na Neo Química Arena, em confronto direto na luta contra a zona de rebaixamento do Brasileirão. Segundo apurou o Estadão, as conversas para a casa de aposta estampar a parte mais nobre da camisa alvinegra até dezembro de 2026 está fechada desde o início desta semana, mas o clube ainda negocia uma melhora nos valores oferecidos.

Depois de perder o patrocínio de R$ 120 milhões anuais da Vai de Bet, que rescindiu de maneira unilateral após o caso de repasses de comissão do intermediário a um suposto "laranja", a diretoria corintiana entendeu que tinha condições de encontrar no mercado um novo parceiro com capacidade para fazer um aporte semelhante. A ideia do clube era receber aproximadamente R$ 100 milhões, montante menor do que o anterior, mas ainda considerado elevado. Já são mais de 40 dias desde que o clube está sem um patrocínio master.

A diretoria corintiana se preocupa em fechar um acordo superior a R$ 75 milhões anuais, valor oferecido na proposta de renovação pela Pixbet, e rejeitado pelo presidente Augusto Melo. Para alcançar números mais significativos, o clube estuda variáveis no contrato que contemplem a quantia desejada. Além disso, após o rompimento unilateral com a Vai de Bet, o setor jurídico do clube.

O Corinthians se dispôs a rescindir com a Pixbet, que se juntou ao clube em 2022, ainda na gestão de Duílio Monteiro Alves, para fechar com a Vai de Bet. O clube firmou um acordo na Justiça para pagar R$ 40,1 milhões à antiga parceira. De lá para cá, a casa de aposta aumentou de R$ 85 milhões a R$ 105 milhões o patrocínio com o Flamengo, cujo argumento para incrementar os números foi justamente o contrário do Corinthians com a Vai de Bet.

Sem o patrocínio master, o clube utilizou o espaço central da camisa na partida contra o Bahia para criar expectativa para o acerto com a Esportes da Sorte.

Bia estreia contra francesa e brasileiros pegam argentinos; 2ª rodada pode ter Nadal x Djokovic

(Foto: Divulgação)

Os tenistas brasileiros conheceram nesta quinta-feira seus adversários de estreia na Olimpíada de Paris-2024. Beatriz Haddad Maia, maior esperança de medalha para o Brasil na modalidade, estreará contra a local Varvara Gracheva, número 68 do mundo - já foi 39ª. Thiago Monteiro e Thiago Wild enfrentarão rivais da Argentina.

Gracheva, de 23 anos, é nascida na Rússia, mas se naturalizou francesa. Não tem nenhum título de nível WTA no currículo. Se Bia confirmar o favoritismo, enfrentará na segunda rodada a vencedora do duelo entre a eslovaca Anna Karolina Schmiedlova e a britânica Katie Boulter, favorita no duelo e tenista que venceu Bia nas duas partidas que fizeram nesta temporada.

Se alcançar as oitavas de final, a número 22 do ranking poderá cruzar com a embalada italiana Jasmine Paolini, vice-campeã de Roland Garros e de Wimbledon neste ano. É a atual número cinco do mundo.

Laura Pigossi, que também representa o Brasil na chave de simples, vai estrear contra a ucraniana Dayana Yastremska, 26ª do mundo. Medalhista olímpica nas duplas em Tóquio, em 2021, a brasileira é a atual 110ª do ranking. Se derrubar a favorita, Laura deve ter pela frente a letã Jelena Ostapenko, campeã de Roland Garros em 2017.

Na chave masculina, Monteiro e Wild vão encarar argentinos. Wild, número 1 do Brasil e 72º do mundo, vai rever Tomas Etcheverry, 35º do ranking. Os dois já se enfrentaram duas vezes no circuito neste ano, com ambas vitórias para o tenista da Argentina. Se superar este desafio e alcançar a terceira rodada, que já equivale às oitavas de final, Wild poderá cruzar com o espanhol Carlos Alcaraz, atual campeão de Roland Garros e de Wimbledon.

Monteiro, por sua vez, terá uma estreia mais tranquila. O 79º do mundo vai encarar Sebastian Baez, que vive a melhor fase da carreira, no 18º posto do ranking. Monteiro tem uma vitória e duas derrotas contra o argentino no circuito.

Olimpíada de Paris tem primeira quebra de recorde de mundial no tiro com arco

Não demorou para sair a primeira quebra de recorde mundial nos Jogos Olímpicos de Paris. Ela foi ontem, no tiro com arco. Na fase classificatória, a sul-coreana Sihyeon Lim acertou 48 dos 72 tiros no 10 (no centro) e terminou com 694 pontos dos 720 possíveis.

O ótimo aproveitamento rendeu a atleta sul-coreana o recorde mundial, quebrando a marca da compatriota Chaeyoung Kang, que fez 692 pontos no Mundial de 2019, realizado na Holanda. Já o recorde olímpico era também da competidora sul-coreana San An, com 680 pontos nos Jogos de Tóquio, em 2021. Considerada um dos grandes nomes da modalidade, Sihyeon pode aumentar sua marca diante de Alondra Rivera, no dia 1º de agosto.

A prova contou com um bom desempenho de Ana Luiza Caetano. A brasileira somou 660 pontos e terminou a fase classificatória na 19ª colocação entre 64 participantes. A competição segue com mais duas rodadas eliminatórias e vai para os confrontos de oitavas, quartas, semifinais e final.

Olimpíada: Argentina envia ofício à Fifa sobre falta de segurança nos Jogos de Paris

A polêmica partida entre Argentina e Marrocos, pela primeira rodada do futebol masculino nos Jogos Olímpicos de Paris, continua dando o que falar. Em ofício enviado à Fifa, a Associação Argentina de Futebol (AFA) reclamou da falta de segurança e cobrou "medidas regulamentares necessárias para um evento de tamanha gravidade".

Depois do gol de empate da Argentina, que viria a ser anulado pelo VAR, a partida foi paralisada pelo árbitro porque o gramado foi invadido por torcedores do Marrocos. Além disso, objetos e rojões foram atirados em direção aos argentinos.

"A Associação do Futebol Argentino (AFA) informa que, devido aos acontecimentos de conhecimento público ocorridos hoje no jogo entre a nossa Seleção Sub-23 e a sua similar de Marrocos, foi apresentada uma reclamação formal ao Comitê Disciplinar da FIFA para que sejam tomadas as medidas regulamentares necessárias para um evento de tamanha gravidade", disse a AFA.

"É imprescindível garantir a segurança dos protagonistas para o desenvolvimento pacífico deste belo esporte que é o futebol e desde a Casa Mãe do Futebol Argentino faremos o que for necessário para que isso aconteça", completou.

Antes, Javier Mascherano já havia alertado para a falta de segurança. O treinador denunciou que seus jogadores foram furtados durante uma sessão de treino em Paris. Procurado pela reportagem do Estadão, o Comitê Olímpico Internacional (COI) ainda não se manifestou sobre o caso.

"Entraram no treinamento e nos roubaram. Levaram um relógio de Thiago Almada, anéis... em um treino. Não quisemos dizer nada depois do treinamento", disse Mascherano ao atender a imprensa presente no local.

Torcida do São Paulo tenta invadir área destinada a botafoguenses nos arredores do Morumbis

As imediações do estádio do MorumBis virou uma praça de guerra na noite da última quarta-feira, 24, depois do empate entre São Paulo e Botafogo, por 2 a 2, pela 19ª rodada do Campeonato Brasileiro.

Torcedores do São Paulo subiram a rua Giovanni Gronchi e tentaram invadir a área destinada à torcida do Botafogo, mas foram impedidos pela Polícia Militar e logo a confusão se formou.

Foi então que iniciou uma correria, que se estendeu para a entrada principal do MorumBis. Em imagens que circulam nas redes sociais, um torcedor do São Paulo é levado pelos policiais. Membros da Tropa de Choque precisar agir rapidamente para tentar conter os torcedores exaltados. O clima ficou tenso, mas a Polícia conseguiu inibir o princípio de violência no local.

Dentro de campo, São Paulo e Botafogo protagonizaram um jogo movimentado. Lucas abriu o placar de pênalti e Tiquinho Soares empatou na mesma moeda. Tudo isso antes dos 15 minutos do 1º tempo.

A virada do Botafogo veio antes do intervalo, com Cuiabano. Na etapa final, Ferreirinha deixou tudo igual para os donos da casa. O resultado manteve o time carioca na liderança, com 40 pontos, enquanto o São Paulo caiu para o 6º lugar, com 32.

Judoca Mayra Aguiar fará sua estreia contra número 1 do mundo em Paris-2024

A judoca Mayra Aguiar pegou uma "pedreira" em sua estreia nos Jogos Olímpicos de Paris-2024. A definição do sorteio, que definiu o chaveamento das disputas no judô ontem, colocou a italiana Alice Bellandi, atual número um do mundo, como sua adversária na competição na categoria até 78kg.

A brasileira passou direto pela primeira fase, mas não vai ter vida fácil em Paris quando entrar no tatame. Bronze em Londres-2012, Rio-2016 e também na última edição olímpica, realizada em Tóquio, em 2021, ela vai ter seu grande teste logo neste início de torneio na busca por sua quarta medalha olímpica. Natasha Ferreira também vai ter trabalho pela categoria até 48kg Ela terá, em sua primeira luta, a cabeça de chave Natsumi Tsunoda, do Japão. Larissa Pimenta, até 52kg, enfrenta Djamila Silva, de Cabo Verde.

Medalhista de bronze em Pequim-2008, Ketleyn Quadros (até 63kg) encara Cristina Perez, da Espanha, enquanto a campeã olímpica Rafaela Silva (até 57 kg) começa em stand-by e pega a vencedora de Maysa Pardayrva, do Turcomenistão e a chinesa Cai Qi.

Pelo masculino, Rafael Silva, o Baby, contou com a sorte na definição das chaves e só encara Teddy Riner em uma possível final. Assim, o sorteio definiu os adversário dos judocas brasileiros. Na categoria acima de 100kg, ele enfrenta Ushangi Kokauri, do Azerbaijão na busca pela terceira medalha olímpica após os bronzes em Londres-2012 e Rio-2016.

Daniel Cargnin (até 73kg) enfrenta Ail Gjakova, do Kosovo, enquanto Guilherme Schimidt (até 81kg) pega Edi Sherifovski, da Macedônia. Michel Augusto encara Sebastian Rancho, da Costa Rica (até 60kg), e William Lima faz seu primeiro combate com Sardor Nurillaev (até 66kg). Mais dois brasileiros tiveram rivais definidos. Rafael Macedo (até 90kg) terá pela frente o holandês Noel Van T End e Leonardo Gonçalves (até 100kg) desafia Dzhafar Kostoev.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Atvos Bioenergia Brenco S.A.

(Anteriormente denominada Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável) - CNPJ: 08.070.566/0001-00

Relatório dos administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras resumidas dos exercícios findos em 31/03/2024 e 31/03/2023, acompanhadas das principais notas explicativas.

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3 (a)	123.576	718.283
Aplicações financeiras	3 (b)	4.040	3.656
Contas a receber de clientes		51.119	26.142
Estoques e adiantamentos a fornecedores	4	662.580	504.910
Ativo biológico	5	333.612	348.406
Tributos a recuperar		39.866	135.713
Partes relacionadas		16.643	30
Outros créditos		17.441	20.107
Total do ativo circulante		**1.248.877**	**1.757.247**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	3 (b)	16.579	–
Contas a receber de clientes		1.718	–
Estoques e adiantamentos a fornecedores	4	166.577	122.325
Tributos a recuperar		73.577	34.881
Partes relacionadas		1.013.687	865.533
Depósitos judiciais		4.166	13.075
Outros créditos		5.246	16.684
		1.281.550	1.052.498
Investimentos		3.311	2.916
Imobilizado	6	3.237.704	2.981.444
Direito de uso	7 (a)	1.013.513	986.399
Intangível		271.506	299.699
Total do ativo não circulante		**5.807.584**	**5.322.956**
Total do ativo		**7.056.461**	**7.080.203**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Passivo circulante			
Fornecedores		238.375	192.241
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹		4.060	74.263
Empréstimos e financiamentos	8	5.036	26.040
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	8	–	218.572
Passivos de arrendamento	7 (b)	162.979	180.169
Salários e encargos		98.787	43.220
Tributos a recolher		32.179	10.710
Tributos parcelados		–	10.970
Adiantamentos de clientes		8.187	35.808
Partes relacionadas		–	40.353
Outros débitos		148	–
Total do passivo circulante		**549.751**	**832.346**
Passivo não circulante			
Fornecedores		5.443	12.034
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹		516	1.935
Empréstimos e financiamentos	8	5.811	272.179
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	8	1.211.672	3.944.572
Passivos de arrendamento	7 (b)	894.748	845.679
Tributos a recolher		19.625	22.968
Provisão para contingências		38.996	164.648
Imposto de renda diferido passivo		225.028	98.735
Partes relacionadas		238.485	207.358
Total do passivo não circulante		**2.640.324**	**5.570.108**
Total do passivo		**3.190.075**	**6.402.454**
Patrimônio líquido			
Capital social		6.190.288	3.994.676
Prejuízos acumulados		(2.323.902)	(3.316.927)
Total do patrimônio líquido		**3.866.386**	**677.749**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**7.056.461**	**7.080.203**

¹ Plano de Recuperação Judicial encerrado em 15 de setembro de 2023.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de março de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2022		**3.994.676**	**(3.518.796)**	**475.880**
Lucro líquido do exercício		–	201.869	201.869
Saldos em 31 de março de 2023		**3.994.676**	**(3.316.927)**	**677.749**
Aumento de capital		2.195.612	–	2.195.612
Lucro líquido do exercício		–	993.025	993.025
Saldos em 31 de março de 2024		**6.190.288**	**(2.323.902)**	**3.866.386**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado - 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	9	2.791.071	3.224.586
Custo dos produtos e serviços vendidos		(2.196.874)	(2.323.987)
Lucro bruto		**594.197**	**900.599**
Despesas com vendas		(2.358)	(2.992)
Despesas administrativas e gerais, líquidas		(220.785)	(156.559)
Resultado de participações societárias		395	242
Outras despesas operacionais, líquidas		41.579	(114.564)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**413.028**	**626.726**
Receitas financeiras		1.018.156	106.036
Despesas financeiras		(350.504)	(517.333)
Variações cambiais, líquidas		(13)	1
Resultado financeiro, líquido		**667.639**	**(411.296)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.080.667**	**215.430**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(61.008)	(38.186)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(26.634)	24.625
Lucro líquido do exercício		**993.025**	**201.869**
Lucro básico e diluído por ação - em Reais		**0,000002**	**0,000001**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente - 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do exercício		993.025	201.869
Outros resultados abrangentes:		–	–
Resultado abrangente do exercício		**993.025**	**201.869**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa - 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		993.025	201.869
Ajustes para:			
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos)		1.187.709	1.260.573
Variação no valor justo de ativos biológicos	5	(70.491)	(49.128)
Valor justo de CBIOs		(3.613)	–
Resultado de participações societárias		(395)	(242)
Resultado de ativo imobilizado e direito de uso baixados	6 e 7	8.243	40
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas		318.422	498.534
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquidas		(106.589)	123.218
Imposto de renda e contribuição social		187.301	42.357
Provisão para perdas de crédito esperadas		2.358	(3)
Provisão para redução ao valor de realização	4	401	(1.187)
Deságio pela amortização integral da dívida e efeito aditivo PRJ	1(c) e 8	(363.218)	–
Ajustes a valor justo Tranche A - aditivo PRJ, líquido	8	(563.927)	–
		1.589.226	2.076.031
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(29.053)	13.165
Estoques e adiantamentos a fornecedores		(353.127)	(136.574)
Tributos a recuperar		57.151	(89.790)
Depósitos judiciais		8.909	4.361
Outros créditos		7.579	6.732
Fornecedores		(25.330)	(22.685)
Salários e encargos		55.567	1.817
Tributos a recolher		18.126	(33.473)
Tributos parcelados		(10.970)	1.977
Provisão para contingências - liquidações		(19.063)	(11.588)
Adiantamento de clientes		(27.621)	(22.801)
Outros débitos		148	(909)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**1.271.542**	**1.786.263**
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	8	(153.509)	(193.830)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(61.008)	(495)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**1.057.025**	**1.591.938**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(16.963)	(360)
Partes relacionadas		(182.328)	(358.375)
Aquisições do imobilizado	6	(359.290)	(131.378)
Aquisições do intangível		(4.532)	(88)
Novos plantações de ativos biológicos	6	(360.207)	(379.808)
Tratos culturais de ativos biológicos	5	(263.120)	(308.492)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(1.186.440)**	**(1.178.501)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	8	–	4.806
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas	7 (b)	(235.593)	(257.179)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	8	(229.699)	(65.960)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(465.292)**	**(318.333)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(594.707)**	**95.104**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		718.283	623.179
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		123.576	718.283
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(594.707)**	**95.104**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: (a) A Atvos Bioenergia Brenco S.A. (anteriormente denominada Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável) ("Brenco" ou "Companhia"), constituída em 15 de fevereiro de 2005, possui sede em São Paulo e unidades produtivas na região Centro-Oeste do país, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica, tendo como controladora direta a Atvos Agroindustrial Participações S.A., e como controlador final Agroenergia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP Gestor" ou "FIP Agroenergia"). Em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e das demais empresas do Grupo. Detalhes do encerramento da Recuperação Judicial se encontram descritos na nota 1 (c) abaixo. (b) A Brenco possui 4 unidades operacionais nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e têm capacidade de moagem instalada de 13,8 milhões de toneladas de cana por ano, tendo sido processadas 11,2 milhões de toneladas de cana no exercício findo em 31 de março de 2024 (10 milhões em 31 de março de 2023). Em 25 de novembro de 2022, foi assinado Acordo de Investimento, Assunção de Obrigações e Outras Avenças celebrado, entre Agroenergia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP Gestor" ou "FIP Agroenergia"), MC Green Energy Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP MC Investidor" ou "FIP MC Green"), Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda. ("Mubadala"), Soneva Energias Renováveis S.A. ("Nova Controladora") e os Credores Signatários, onde foi acordado, entre outros temas, a autorização da Troca de Controle e exercício dos Bônus de Subscrição, com fundamento nas Cláusulas 5.16.3.1. e 7.2(ii.d) do Plano de Recuperação Judicial, o qual foi aprovado na reunião de credores de 28 de dezembro de 2022. Em 26 de janeiro de 2023, o FIP Agroenergia adquiriu, em sua integralidade, as ações detidas pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC. ("LSF10"), passando a ter o controle direto da, até então, controladora indireta da Companhia, Atvos Agroindustrial S.A. O FIP Agroenergia é responsável por gerir os direitos econômicos dos credores originais dos créditos da Tranche B. No decorrer da safra 23/24, conforme descrito nas notas explicativas nº 16 e 20(a), foram realizados parte dos movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e das demais recuperandas, para a troca de controle do Grupo Atvos, como: (i) em 05 de abril de 2023, a assunção pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, de todos créditos da Tranche B da Companhia; (ii) em 18 de abril de 2023, assunção de créditos e débitos da Companhia junto ao Grupo Novonor na controladora direta da Companhia, Atvos Par, para a concentração e equalização das dívidas (condição precedente à troca de controle, conforme PRJ), com efetivação ocorrida em 20 de junho de 2023, após transcurso do prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores das recuperandas; (iii) em 20 de junho de 2023, após realizados os movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e após a Soneva exercer o seu direito de preferência com relação à emissão do Bônus de Subscrição na controladora indireta da Companhia, Atvos Bioenergia, a Soneva, se tornou a nova controladora do Grupo Atvos, possuindo 90% de participação sobre o seu capital social da Atvos Bioenergia, e permanecendo o FIP Agroenergia como controlador final; (iv) em 15 de setembro de 2023, foi proferida decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial e homologação do aditamento ao plano de recuperação das recuperandas do Grupo Atvos, conforme descrito na nota explicativa nº 1(c); (v) conforme previsto no Acordo de Investimentos, em 19 de setembro de 2023 o FIP MC Green realizou aporte de R$500.000 em troca de 31,5% do capital social da controladora direta da Companhia, a ser destinado para as áreas agrícola e industrial, com o objetivo de impulsionar a capacidade de produção do Grupo Atvos e atingir sua capacidade instalada de moagem de cana-de-açúcar por safra. Essa transição foi um marco para o Grupo Atvos, pois encerrou uma fase de conflitos societários e consolidou a sustentabilidade do negócio e o encerramento do seu processo de recuperação judicial; e (vi) em 19 de outubro de 2023, o FIP MC Green adquiriu 10% da participação no capital social da controladora indireta da Companhia, Atvos Bioenergia, detidas anteriormente pelo Grupo Novonor. Ao vender sua participação, o Grupo Novonor deixou de compor o quadro acionário do Grupo Atvos, que ainda tem sua controladora, Soneva Energias Renováveis, com 90% de participação na Atvos Bioenergia. A transação ocorreu 30 dias após o FIP MC Green se tornar sócio Grupo Atvos. Com a entrada da Soneva, o FIP MC Green passou a fazer parte também do quadro acionário da controladora indireta da Companhia, Atvos Bioenergia, holding do Grupo Atvos. (c) Plano de Recuperação Judicial (informações referentes ao PRJ consolidado do Grupo, exceto quanto a informações de pagamento que são próprias da Companhia). A Companhia sua controladora direta, Atvos Agroindustrial Participações S.A., e as demais empresas do grupo, Agro Energia Santa Luzia S.A., Destilaria Alcídia S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A., Usina Eldorado S.A. e Usina Conquista do Pontal S.A. apresentaram em conjunto, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus mais de 9,8 mil integrantes à época, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem a Companhia e demais recuperandas atuam conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019. No dia 20 de maio de 2020, o Grupo Atvos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e em cumprimento à agenda da Assembleia Geral de Credores ("AGC") colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e a forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial de 7 Recuperandas, sendo elas: Atvos Agroindustrial S.A., Atvos Agroindustrial Participações S.A., Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A., Destilaria Alcídia S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A. e Usina Eldorado S.A. A recuperação judicial das Recuperandas Agro Energia Santa Luzia S.A. ("USL") e Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP") foi tratada em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homologatória do PRJ Consolidado e dos planos individuais da USL e da UCP. A referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Com a homologação, foram implementados os cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs. Em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e das demais recuperandas do Grupo, a qual foi publicada no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O juiz também homologou o aditamento ao plano de recuperação das recuperandas do Grupo Atvos, que prevê uma nova estrutura de pagamentos da dívida, tanto para os credores quirografários não financeiros (fornecedores) quanto para os credores financeiros (bancos). Do total das dívidas financeiras originais desde o início do PRJ, 54% já haviam sido equacionadas e o prazo para pagamento da dívida remanescente foi alongado até dezembro de 2042. Abaixo um breve resumo das principais alterações que foram aplicadas aos créditos da Tranche A, que contabilmente foram consideradas como uma nova dívida (com extinção da anterior e reflexos contábeis registrados no resultado do exercício corrente, conforme conciliado nos quadros a seguir):

	Vigente até 19/09/2023	Vigente a partir de 19/09/2023
Data início	29/05/2019	29/05/2019
Data vencimento	20/12/2034	20/12/2042
Atualização	115% CDI	100% CDI
Capitalização integral de juros ao principal até	20/03/2022	31/12/2025
Amortização de juros	Pagamentos trimestrais, sendo as 4 primeiras parcelas de 50%, capitalizando o saldo remanescente ao principal.	Pagamentos trimestrais a partir de 20/03/2026, limitado a 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal com projeção de liquidação no vencimento da última parcela.
Amortização de principal	Pagamentos trimestrais a partir de 20/12/2022, sendo as 4 primeiras parcelas de 0,50% e as demais 45 parcelas fixas iguais.	Pagamentos trimestrais a partir de 20/03/2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico.
Crédito das liquidações já realizadas	–	As parcelas liquidadas (tranche A) do plano antigo, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desembolso de caixa somente a partir de março 2027.
Criação do saldo teórico	–	Considera-se o saldo inicial do plano mais o valor de juros capitalizados até 31/12/2025, sem abater os valores já pagos nos planos, antigo e/ou atual, tendo assim o valor base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano.
Amortizações extraordinárias	–	Será apurado nos fechamentos da safra, a partir de 31/03/2023, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, e o valor será abatido das últimas parcelas nos termos do referido aditivo.

Com as alterações ocorridas, as dívidas da Tranche A nas condições originais do Plano foram extintas, e foi registrada uma nova dívida com as novas condições aprovadas no aditivo. O impacto líquido nominal destas alterações encontra-se registrado no resultado financeiro e está assim representado:

	Vigente até 19/09/2023	Vigente a partir de 19/09/2023	Impacto líquido
Brenco	1.763.984	1.676.030	87.954

Para a mensuração dos novos passivos financeiros a valor justo, a Companhia utilizou do método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido por em cotação independente realizada pela Companhia, a qual se aproxima com as de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante a qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2.

	Custo amortizado	Valor justo	Ganho valor justo
Brenco	1.676.030	1.096.103	579.927

Com a extinção das referidas obrigações (trato contábil), conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados, também, para o resultado financeiro os custos de transação até então não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R$14.577. O aditamento homologado previa, ainda, o pagamento integral do saldo dos credores não financeiros ainda existentes em até 30 dias após publicada a decisão, de modo que foram pagos 99,99% de todos os credores não financeiros, o que equivale a 97% da dívida com essa classe desde o início do procedimento, restando apenas dois credores não parceiros a pagar, aos quais foram aplicados desconto de 40% sobre o valor homologado e o saldo residual será pago conforme as novas regras da Tranche A. Abaixo abertura dos valores pagos e a pagar pela Companhia, os descontos de 40% apurados:

	Pagos em 30 dias		Desconto 40%
Brenco	13.453	Brenco	6.749

(d) Possíveis efeitos do conflito Rússia-Ucrânia nas demonstrações financeiras: O conflito entre a Rússia e a Ucrânia tem impactado o cenário global e, nesse contexto, o setor sucroenergético, podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outras *commodities*, além do aumento das taxas de juros e da inflação (com tendência de queda desde o final de 2023), dos custos de fretes, dentre outros, podendo impactar a Companhia com efeitos reflexos nos seus custos dos insumos produtivos e nas despesas de vendas. Até o momento, contudo, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras da Companhia. (e) Renovabio: Foi instituído pelo Governo Federal através da Lei 13.576/2017. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis foram definidas para o período de 2019 a 2029 pela Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019, sendo anualmente desdobradas em metas individuais compulsórias para os distribuidores de combustíveis, conforme suas participações no mercado de combustíveis fósseis, nos termos da Resolução ANP nº 791/2019, de 12 de junho de 2019. Por meio da certificação da produção de biocombustíveis são atribuídas as notas para cada produtor e importador de biocombustível, em valor inversamente proporcional à intensidade de carbono do biocombustível produzido (Nota de Eficiência Energético-Ambiental). A nota reflete exatamente a contribuição individual de cada agente produtor para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil (em termos de toneladas de CO² equivalente). Além da nota, o processo de certificação da produção de biocombustíveis leva em conta a origem da biomassa energética matéria-prima do biocombustível. No caso de biomassa produzida em território nacional, somente pode ser considerada a produzida em imóvel com Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo ou pendente e sem ocorrência de supressão de vegetação nativa a partir dos marcos legais do RenovaBio (volume elegível). O biocombustível comercializado dá origem ao CBIO, na proporção estabelecida conforme nota estabelecida para o produtor. A Companhia comercializou no exercício findo em 31 de março de 2024, 1,3 milhões de CBIOs (1,1 milhão, em 31 de março de 2023) com impacto de R$ 149.721 (R$ 117.565 em 31 de março de 2023) na receita bruta. (f) Gestão de riscos climáticos: Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, o Grupo Atvos está sujeito a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** Base de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2024, em 17 de julho de 2024. **2.1. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para os ativos que requerem mensuração e apresentação de acordo com o seu valor justo ou teste de redução ao valor recuperável - *impairment* (estoques, ativos biológicos, imobilizado e intangível, incluindo o ágio), a Companhia informa que considerou os impactos econômicos e financeiros projetados em função o conflito Rússia-Ucrânia, nas premissas utilizadas em seus referidos cálculos. Todos os efeitos decorrentes desta mensuração foram considerados nas demonstrações financeiras. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são reconhecidos na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, "Juros passivos", "Variação cambial passiva (ou ativa)" e "Variação monetária passiva (ou ativa)". Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de "Receitas financeiras", nas rubricas, "Rendimento com aplicações financeiras", conforme Nota 28. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros:** Classificação: A Companhia classifica e mensura seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros (vide Nota 2.2). A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de "Receitas e despesas financeiras" na rubrica "Ajuste a valor de mercado" (Nota 28). Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *(impairment)*, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de "Outras despesas operacionais, líquidas" como "Ganhos e perdas de títulos de investimento". Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de "Receitas e despesas financeiras", na rubrica "Outras receitas (despesas) financeiras". A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Impairment* de ativos financeiros: Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou; (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos (quando existentes) são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado sendo, subsequentemente, remensurados. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo conta com instrumentos financeiros não derivativos relacionados a dívidas captadas em moeda estrangeira pelas controladoras, para financiamento, direto ou indireto, das exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A Companhia não adota a prática contábil de *hedge accounting,* uma vez que os instrumentos de *hedge* são contratados no contexto das operações consolidadas da controladora direta da Companhia e, dessa forma, não é praticável a utilização dessa política em suas demonstrações. Nesse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia são ajustadas, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação na sua controladora direta, objetivando o alinhamento das práticas contábeis do Grupo Atvos. Assim como os derivativos classificados como *hedge*, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação. *Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Certos instrumentos derivativos podem não se qualificar para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente como resultado financeiro do exercício. Em 31 de março de 2024 e de 2023 a Companhia não apresentava qualquer instrumento derivativo contratado. **2.7. Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante. Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.8. Estoques e adiantamentos a fornecedores:** São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização. Os gastos com manutenção, desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra. Créditos de descarbonização (CBIOs) são reconhecidos no momento do reconhecimento da receita de etanol anidro e hidratado pelo valor de mercado. Ao identificar perda na avaliação do estoque de CBIOs, a provisão para perda é reconhecida em outras receitas (despesas) operacionais líquidas. A venda de créditos é reconhecida como receita bruta e a baixa do estoque no custo de produtos vendidos. **2.9. Depósitos judiciais:** Para os casos com passivo constituído, são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente, se não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante. **2.10. Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo. **2.11. Ativos intangíveis:** a) Ágio: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Os ágios foram contabilizados antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da alteração ocorrida nas práticas contábeis, e é representado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. O ágio de aquisições de entidades é registrado como "Ativo intangível". Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa. O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de *impairment,* dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Apesar de existirem quatro polos industriais, a administração da Companhia considera a existência de uma única UGC, que opera de forma coordenada, sendo esta a forma como o negócio é gerido e as decisões são tomadas pela diretoria. *b) Softwares:* As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo. **2.12. Imobilizado:** As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas e não sofrem efeito de depreciação. As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*. Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita. Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07". Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.14). Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados. Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável. **2.13. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos. **2.14. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*. **2.15. Contas a pagar aos fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.16. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço. **2.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira. **2.18. Provisões para processos judiciais:** A Companhia reconhece provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que é parte envolvida, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente. **2.19. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados na data do balanço em que a Companhia gera lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, aplicando-se as alíquotas da legislação vigente. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. As alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicadas para cálculo dos impostos correntes e diferidos seguem a legislação vigente sendo, atualmente, 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. **2.20. Reconhecimento de receita:** a) Venda de produtos: A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por *impairment* é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.21. Direito de uso e passivos de arrendamento:** A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale à taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma. **2.22. Adiantamentos de clientes:** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes. **2.23. Outras despesas operacionais, líquidas:** Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários). **3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Rendimento anual	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos - no Brasil		986	10.214
Aplicações financeiras: no Brasil:			
CDBs	99,45% CDI	122.585	683.277
Fundos de investimento (i)	–	–	24.792
		122.585	708.069
Caixa e bancos - no exterior (moeda estrangeira):		5	–
		123.576	**718.283**

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários.

b) Aplicações financeiras

	Rendimento anual	31/03/2024	31/03/2023
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações no Brasil:			
CDB	101,44% CDI	4.040	3.656
Fundos de investimento (i)	–	16.579	–
		20.619	3.656
Ativo circulante		(4.040)	(3.656)
Ativo não circulante		**16.579**	**–**

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários e vencimentos superiores a 3 meses. **4. Estoques e adiantamentos a fornecedores:** Os estoques estão

continua →★

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2024 - Atvos Bioenergia Brenco S.A. (Anteriormente denominada Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável) (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

	31/03/2024	31/03/2023
Produtos acabados e em elaboração	85.050	67.621
Créditos de descarbonização - CBIOS (i)	3.682	627
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (ii)	259.225	213.087
Adiantamentos - compras de insumos e outros (iii)	94.551	2.806
Custos a apropriar do período de entressafra (iv)	317.591	275.198
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (v)	81.158	79.595
Provisão para perdas nos estoques	(12.100)	(11.699)
	829.157	627.235
Ativo circulante	(662.580)	(504.910)
Ativo não circulante	166.577	122.325

(i) RenovaBio - CBIOs: em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 52.344 CBIOs emitidos e ainda não comercializados (134.063 CBIOs, em 31 de março de 2023). A comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. (ii) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar desses parceiros. (iii) Refere-se substancialmente à adiantamentos realizados para a aquisição de óleo diesel para a safra 24/25. (iv) Referem-se a gastos com manutenção e depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que serão apropriados no resultado da safra seguinte. (v) Os estoques do almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a provisão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo. Em 31 de março de 2024, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos":

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo no início do exercício	(11.699)	(12.886)
(Adições)	(12.100)	–
Reversões	11.699	1.187
Saldo no final do exercício	(12.100)	(11.699)

A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxarifado a uma *cleantech*. As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação. **5. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo, após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais seis safras. A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	31/03/2024	31/03/2023
Área total estimada de colheita (ha)	103.391	98.363
Produtividade prevista (ton/ha)	82,26	86,94
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	144,61	142,84
Preço médio projetado de ATR (R$)	0,9147	1,1476

Na demonstração financeira atual, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 8,23% a.a. (10,21% a.a. em 31 de março de 2023). O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita. Durante exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia revisou as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, dos quais os principais impactos foram: (i) aumentos dos custos agrícolas; e (ii) diminuição de preço do ATR médio, influenciado pelo preço do etanol e do açúcar *Very High Polarization* (VHP), em linha com o que vem sendo observado nos últimos meses, assim como pelo efeito da volatilidade do dólar americano; e (iii) aumento da produtividade e TCH, face aos investimentos realizados nas lavouras. Como resultado, a valorização do ativo biológico em 31 de março de 2024 foi assim determinada:

a) Composição

	31/03/2024			31/03/2023
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	1.458.750	(1.195.629)	263.121	299.278
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	70.491	–	70.491	49.128
	1.529.241	(1.195.629)	333.612	348.406

b) Movimentação do ativo biológico

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial dos ativos biológicos	348.406	451.098
Aumentos decorrentes de tratos	263.120	308.492
Variação no valor justo	70.491	49.128
Reduções decorrentes da colheita	(348.405)	(460.312)
Saldo final dos ativos biológicos	333.612	348.406

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, os resultados das safras futuras poderão ser afetados, aumentados ou reduzidos. c) Análise de sensibilidade do valor justo: A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permaneceram inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 51.970 (R$ 53.271 em 31 de março de 2023). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 34.735 (R$ 36.747 em 31 de março de 2023). **6. Imobilizado:** O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são apropriados por ocasião da respectiva safra. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos bens são registrados como despesas quando incorridos. Os itens substituídos são baixados. Lavouras de cana-de-açúcar representam as plantas cultivadas exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, de seis a oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para seu pretendido. a) Composição

	31/03/2024			31/03/2023	%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas médias anuais de depreciação
Equipamentos e instalações industriais	2.574.209	(1.395.014)	1.179.195	1.219.969	5,01
Edifícios e benfeitorias	990.385	(383.875)	606.510	641.259	3,08
Planta portadora	3.641.141	(2.789.812)	851.329	750.055	16,67
Planta portadora em formação	161.360	–	161.360	121.704	–
Máquinas e equipamentos agrícolas	475.856	(320.210)	155.646	92.692	10,09
Benfeitorias em imóveis de terceiros	188.147	(173.120)	15.027	27.354	8,33
Terras	71.427	–	71.427	71.390	–
Móveis e utensílios	63.934	(51.361)	12.573	11.766	5,99
Veículos	76.803	(39.458)	37.345	4.011	7,09
Equipamentos de informática	25.453	(14.171)	11.282	2.902	11,00
Imobilizado em andamento (ii)	94.534	–	94.534	19.962	–
Adiantamentos a fornecedores (ii)	41.476	–	41.476	18.380	–
	8.404.725	(5.167.021)	3.237.704	2.981.444	

b) Movimentação do imobilizado

	31/03/2023	Adições	Baixas	Transferências (i)	Depreciação	31/03/2024
Equipamentos e instalações industriais	1.219.969	426	(8.243)	113.692	(146.649)	1.179.195
Edifícios e benfeitorias	641.259	54	–	6.905	(41.708)	606.510
Planta portadora	750.055	11.508	–	320.551	(230.785)	851.329
Planta portadora em formação	121.704	360.207	–	(320.551)	–	161.360
Máquinas e equipamentos agrícolas	92.692	237	–	86.412	(23.695)	155.646
Benfeitorias em imóveis de terceiros	27.354	–	–	–	(12.327)	15.027
Terras	71.390	–	–	37	–	71.427
Móveis e utensílios	11.766	–	–	2.911	(2.104)	12.573
Veículos	4.011	–	–	36.559	(3.225)	37.345
Equipamentos de informática	2.902	–	–	9.406	(1.026)	11.282
Imobilizado em andamento (ii)	19.962	323.969	–	(249.397)	–	94.534
Adiantamentos a fornecedores (ii)	18.380	23.096	–	–	–	41.476
	2.981.444	719.497	(8.243)	6.525	(461.519)	3.237.704

	31/03/2022	Adições	Baixas	Transferências (i)	Depreciação	31/03/2023
Equipamentos e instalações industriais	1.294.932	405	–	73.969	(149.337)	1.219.969
Edifícios e benfeitorias	680.501	–	–	3.916	(43.158)	641.259
Planta portadora	547.536	32.066	–	356.692	(186.239)	750.055
Planta portadora em formação	98.588	379.808	–	(356.692)	–	121.704
Máquinas e equipamentos agrícolas	94.296	165	(8)	21.858	(23.619)	92.692
Benfeitorias em imóveis de terceiros	41.910	–	–	–	(14.556)	27.354
Terras	71.390	–	–	–	–	71.390
Móveis e utensílios	12.491	–	–	1.778	(2.503)	11.766
Veículos	4.974	187	(32)	358	(1.476)	4.011
Equipamentos de informática	3.399	–	–	429	(926)	2.902
Imobilizado em andamento	16.843	105.778	–	(102.659)	–	19.962
Adiantamentos a fornecedores	612	17.768	–	–	–	18.380
	2.867.472	536.177	(40)	(351)	(421.814)	2.981.444

(i) No decorrer da safra 21/22 a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico de suas máquinas e equipamentos agrícolas. Com a conclusão dos trabalhos a administração da Companhia vem identificando e segregando ativos, os quais vêm sendo disponibilizados para venda, classificados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante. A administração da Companhia iniciou processo de venda desses ativos em leilões, tendo a segunda etapa sido concluída em março de 2023, com a entrega dos ativos arrematados ocorrida no decorrer da safra 23/24. A Administração ainda possui alguns ativos que estão sendo avaliados para venda em próximos leilões e espera que as vendas sejam concluídas no decorrer da safra 24/25. (ii) Com o objetivo de atingir e expandir a capacidade instalada das unidades operacionais, a Companhia vem realizando uma série de investimentos, como aumento de plantio, tratos, fertirrigação, reposição de frotas agrícolas, automação da tubulação de vinhaça, sistema de monitoramento de solo, expansão de tanque. Parte substancial desses investimentos tem previsão de serem concluídos no decorrer das safras 24/25 e 25/26.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis (exceto ágio) para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Em 31 de março de 2024 a Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual e os efeitos indiretos do conflito entre Rússia e Ucrânia, e não identificou a necessidade de provisão para perda adicional nas demonstrações financeiras

7. Direito de uso e passivos de arrendamento

a) Direito de uso: Em 31 de março de 2024 e 2023, os direitos de uso são representados por:

	31/03/2024			31/03/2023
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Terras arrendadas (parcerias agrícolas)	1.745.183	(791.307)	953.876	958.389
Demais ativos	201.661	(142.024)	59.637	28.010
	1.946.844	(933.331)	1.013.513	986.399

A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Máquinas e equipamentos agrícolas	Terras	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2022	990.737	9.155	3.020	10.455	1.013.367
Adições por novos contratos e remensurações (i)	188.836	9.889	16.501	4.431	219.657
Baixas	(47.693)	(2.711)	–	–	(50.404)
Depreciação	(173.491)	(11.319)	(2.867)	(8.544)	(196.221)
Saldos em 31 de março de 2023	958.389	5.014	16.654	6.342	986.399
Adições por novos contratos e remensurações (i)	212.230	71.462	1.786	2.473	287.951
Baixas	(62.041)	(862)	(15.506)	(120)	(78.529)
Depreciação	(154.702)	(17.653)	(1.998)	(7.955)	(182.308)
Saldos em 31 de março de 2024	953.876	57.961	936	740	1.013.513

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contratos de arrendamento de parceria agrícola. b) Passivos de arrendamento: Em 31 de março de 2024 e 2023, os passivos de arrendamento são representados por:

	31/03/2024			31/03/2023
	Custo	Ajuste a valor presente	Líquido	Líquido
Terras arrendadas (parcerias agrícolas)	1.506.727	(515.207)	991.520	997.969
Demais contratos	86.133	(19.926)	66.207	27.879
	1.592.860	(535.133)	1.057.727	1.025.848
Passivo circulante			(162.979)	(180.169)
Passivo não circulante			894.748	845.679

A movimentação dos passivos de arrendamento durante o período de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Máquinas e equipamentos agrícolas	Terras	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2022	1.019.758	9.945	3.178	10.859	1.043.740
Adições por novos contratos e remensurações (i)	188.836	9.889	16.501	4.431	219.657
Pagamentos efetuados	(230.052)	(12.863)	(4.389)	(9.875)	(257.179)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	67.119	1.029	474	1.412	70.034
Baixas	(47.692)	(2.712)	–	–	(50.404)
Saldos em 31 de março de 2023	997.969	5.288	15.764	6.827	1.025.848
Adições por novos contratos e remensurações (i)	212.230	71.462	1.786	2.473	287.951
Pagamentos efetuados	(200.509)	(24.631)	(1.600)	(8.853)	(235.593)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	43.871	12.515	1.114	550	58.050
Baixas	(62.041)	(862)	(15.506)	(120)	(78.529)
Saldos em 31 de março de 2024	991.520	63.772	1.558	877	1.057.727

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola. Os saldos a pagar (juros futuros inclusos) tem a seguinte composição de vencimento:

	31/03/2024	31/03/2023
De 01/04/2024 a 31/03/2025	162.979	180.169
De 01/04/2025 a 31/03/2026	148.360	155.661
De 01/04/2026 a 31/03/2027	141.416	136.845
De 01/04/2027 a 31/03/2028	126.165	121.784
De 01/04/2028 a 31/03/2029	124.849	94.118
A partir de 01/04/2030	353.958	337.271
	1.057.727	1.025.848

8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação (Nota 2.16).

Modalidade e classificação de acordo com o PRJ	Nota	Encargos anuais vigentes: Taxa	Encargos anuais vigentes: Indexador	Moeda	31/03/2024	31/03/2023	Vencimento
Finem	(a)						
Não submetidos ao PRJ		3,67%	TJLP [3]	BRL	–	197.532	
Não submetidos ao PRJ		4,00%	Cesta de moedas [3]	BRL	–	76.281	2023 a 2029
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) [2 5]	BRL	370.634	448.598	
Extraconcursal aderente		0%	100% IPCA (Tranche B) [1 2]	BRL	–	94.810	
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) [2 5]	BRL	326.776	549.245	
Garantia Real		0%	100% IPCA (Tranche B) [1 2]	BRL	–	403.583	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [2 5]	BRL	339.188	410.537	2042
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B) [1 2]	BRL	–	652.859	
(–) Crédito aditivo PRJ	1(c)	0%	100% CDI (Tranche A) [5]	BRL	(151.687)	–	
					884.911	2.833.445	
Partes relacionadas				BRL	–	321.932	
Crédito Agroindustrial	(b)						
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) [2 5]	BRL	35.489	42.954	2042
Garantia Real		0%	100% IPCA (Tranche B) [1 2]	BRL	–	37.203	
(–) Crédito aditivo PRJ	1(c)	0%	100% CDI (Tranche A) [5]	BRL	(5.193)	–	
Não submetidos ao PRJ		9,38%	–	BRL	8.973	12.558	
Não submetidos ao PRJ		3,50%	100% CDI [4]	BRL	–	8.723	2026
					39.269	101.438	
Capital de giro	(c)						
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [2 5]	BRL	184.131	222.864	
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B) [1]	BRL	–	372.255	2042
(–) Crédito aditivo PRJ	1(c)	0%	100% CDI (Tranche A) [5]	BRL	(26.944)	–	
					157.187	595.119	
CDCA e CPR-F	(d)						
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [2 5]	BRL	53.968	65.320	
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B) [1]	BRL	–	182.795	2042
(–) Crédito aditivo PRJ	1(c)	0%	100% CDI (Tranche A) [5]	BRL	(7.897)	–	
					46.071	248.115	
Capital de giro sindicalizado	(e)						
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [2 5]	BRL	63.763	77.176	
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B) [1]	BRL	–	232.539	2042
(–) Crédito aditivo PRJ	1(c)	0%	100% CDI (Tranche A) [5]	BRL	(9.331)	–	
					54.432	309.715	
Finame	(f)						
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) [2 5]	BRL	47.080	56.498	
Extraconcursal aderente		0%	100% IPCA (Tranche B) [1 2]	BRL	–	14.360	2042
(–) Crédito aditivo PRJ	1(c)	0%	100% CDI (Tranche A) [5]	BRL	(8.305)	–	
Não submetidos ao PRJ		9,68%	–	BRL	1.874	3.125	2025
					40.649	73.983	
(–) Custos de transação	(g)			BRL	–	(22.384)	2042
					1.222.519	4.461.363	
Passivo circulante					(5.036)	(244.612)	
Passivo não circulante					1.217.483	4.216.751	

Legenda:
CDI: Certificado de Depósito Interbancário
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo
Cesta de Moedas/UMBNDES: Unidade Monetária do BNDES
PRJ: Plano de Recuperação Judicial

[1] Em 17 de março de 2023 foi formalizado Termo de Dação em Pagamento entre as Empresas do Grupo Atvos, onde foram transferidos os créditos detidos pelos credores financeiros da Tranche B do Plano de Recuperação Judicial naquela data à Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva"), controlada direta do novo controlador do Grupo Atvos, FIP Agroenergia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, mediante a emissão e posterior integralização de 6.391.642 Debêntures . Em 31 de março de 2023, os saldos atualizados dos créditos transferidos à Soneva relacionados à Brenco somam R$1.871.496, conforme nota explicativa nº 10. Em 5 de abril de 2023, a Companhia formalizou junto à sua controladora direta, Atvos Agroindustrial Participações, Instrumento Particular de Assunção de dívidas, onde foram transferidos os débitos da Tranche B que a Companhia mantinha junto à Soneva para a sua controladora. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R$443. [2] No decorrer da safra 22/23, por força das impugnações de créditos dos credores aprovadas, houve a necessidade de transferência de créditos entre as classes e tranches, alterando os percentuais de alocação entre elas para as proporções originais (Tranche A - 80% Extraconcursal aderente x 54% Garantia Real x 39% Quirografário - Tranche B - 20% Extraconcursal aderente x 46% Garantia Real x 61% Quirografário), desconsiderando as alocações solicitadas pelos credores em suas impugnações, pois essas feriam as proporções da Tranche A previstas no Plano de Recuperação Judicial, na cláusula 3.15 e nos parágrafos 3.4, 3.7 e 3.8 contidos em seus anexos. [3] Saldos amortizados integralmente, conforme descrito abaixo, no item (iii) desta nota explicativa. [4] Operações liquidadas de forma antecipada, tendo em vista o alto custo a elas vinculadas. [5] Conforme nota explicativa nº 1(c), em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial e homologou o aditamento ao plano de recuperação da Companhia e demais recuperandas do Grupo Atvos, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido aditamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento para dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100%do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, apresentadas na referida nota explicativa. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados, também, para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R$14.577. A nova dívida foi inicialmente registrada a valor justo, tendo sido apurado um haircut de R$87.954, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R$579.927, considerando o método de fluxo de caixa descontado e condições descritas na nota explicativa 1 (c). (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola. (b) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio. (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro. (d) As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeiras) foram emitidas com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de lavoura. O CDCA tem como lastro uma CPR-F e foi feito via emissão privada, garantido pelo fluxo de recebíveis de contratos de fornecimento de etanol. (e) Linha de repasse de recursos do BNDES, contratada junto a um sindicato de bancos. (f) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas. (g) Custos incorridos na captação de recursos, apropriados ao resultado conforme amortização das dívidas relacionadas. Custos incorridos na captação de recursos, apropriados ao resultado conforme amortização das dívidas relacionadas. Conforme informado nos itens [1] e [5] acima, em 20 de junho de 2023 os créditos da Tranche B foram capitalizados, os saldos junto à Caixa Econômica Federal liquidados, e em 19 de setembro de 2020, os créditos da Tranche A foram aditados de forma relevante, portanto, extintos, e seus respectivos custos de transação devidamente reciclados ao resultado financeiro dos períodos. Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no período:

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo no início do exercício	4.461.363	4.287.847
Captação de empréstimos e financiamentos	–	4.806
Amortização de principal	(229.699)	(65.960)
Amortização de juros	(153.509)	(193.830)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	237.988	426.591
Amortização de custos de transação	475	1.909
Baixa de custos de transação - Nota 8	21.909	–
Reversão da provisão de juros e variação cambial - Nota 1(c) - haircut	(87.954)	–
Valor justo Tranche A - Nota 1(c)	(579.927)	–
Amortização valor justo Tranche A - Nota 1(c)	16.000	–
Deságio pela amortização integral da dívida (i)	(268.515)	–
Assunção de dívida pela controladora direta	(2.195.612)	–
Saldo no final do exercício	1.222.519	4.461.363

(i) Em 19 de junho de 2023, a Companhia formalizou o Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças junto ao credor financeiro, Caixa Econômica Federal, para a quitação dos créditos devidos à credora, com desconto de R$268.515, naquela data. O montante total pago foi de R$285.000, em parcela única no dia 20 de junho de 2023. Com a extinção da dívida, seus respectivos saldos de custos de transação também foram reciclados para o resultado financeiro, totalizando R$6.888.

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	31/03/2024	31/03/2023
De 01/04/2025 a 31/03/2026	4.077	309.287
De 01/04/2026 a 31/03/2027	15.051	406.150
De 01/04/2027 a 31/03/2028	53.268	400.689
De 01/04/2028 a 31/03/2029	53.268	400.689
De 01/04/2029 a 31/03/2030	53.268	400.689
De 01/04/2030 a 31/03/2031	53.268	400.689
A partir de 01/04/2031	1.549.211	1.898.558
	1.781.411	4.216.751

Valor justo dos empréstimos: Em 31 de março de 2024, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R$1.190.211 e os saldos contábeis totalizam R$1.122.520. O saldo contábil desconsidera os custos com transação. Garantias: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens. *Covenants:* Em 31 de março de 2024 e 2023 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

9. Receita operacional líquida	31/03/2024	31/03/2023
Receita bruta		
Mercado interno	3.199.799	3.510.331
Tributos sobre vendas	(291.242)	(189.642)
Frete sobre vendas	(89.989)	(79.328)
Armazenagem	(21.569)	(16.156)
Devoluções	(5.928)	(619)
	2.791.071	3.224.586

Diretoria

Dario Costa Gaeta - Diretor presidente

Julio Enrique Varela Gubitosi - Diretor financeiro

Contadora

Magali Penelope Givort Cruz - Responsável técnica - CRC 223526/O-4 SP

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 17 de julho de 2024, sem modificações.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O
Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador CRC-1SP246234/O

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR LOTE na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 067/2024 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 046/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 680/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 9.132/2024
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 29/07/2024 até as 08h30min do dia 15/08/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 15/08/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 15/08/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.licitardigital.com.br.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.licitardigital.com.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 25 de julho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2024 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 352/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 6.868/2024

COMUNICADO

A Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, COMUNICA a todos os interessados, a retificação do ANEXO V – ESPECIFICAÇÕES, itens 58, 59 e 80 do EDITAL e NOVA DATA de sessão de processamento da licitação supra, que tem por objeto o "REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS", sendo:
Item 58 foi suprimido.
Itens 59 e 80 foram alterados os descritivos.
Na ocasião, comunica novas datas:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 29/07/2024 até as 08h30min do dia 16/08/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 16/08/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 16/08/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
O Edital e Anexo retificado encontra-se à disposição nos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

Araçatuba, 25 de julho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

PENITENCIARIA I DE CAPELA DO ALTO
AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na Penitenciária I de Capela do Alto, localizada na Rodovia Raposo Tavares, km 134,1 – Bairro Capanema – Capela do Alto, PREGÃO ELETRÔNICO número 90007/2024, Processo SEI n° 006.00180531/2024-93, do tipo MENOR PREÇO, disputa aberta, destinado a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para o período de 15(quinze) meses. A realização da sessão pública será na data 07/08/2024, às 09h00, através do endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária I de Capela do Alto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 47/2024 cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** O período de envio das propostas será a partir de 29/07/2024 até 09/08/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 09/08/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 29/07/2024. Orlândia, SP, 25 de Julho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 99/2024 cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TROCA DE ENCAIXE DE PRÓTESE TRANSTIBIAL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARA PACIENTE ATENDIDO PELO SUS.** O período de envio das propostas será a partir de 29/07/2024 até 12/08/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 12/08/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 29/07/2024. Orlândia, SP, 25 de Julho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 100/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ESCADAS E FERRAMENTAS DE MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** O período de envio das propostas será a partir de 29/07/2024 até 12/08/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 12/08/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 29/07/2024. Orlândia, SP, 25 de Julho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 12/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 63.302/2023
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA PARA ATENDIMENTO DA FROTA MUNICIPAL.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 08/08/2024 às 09:30 horas.
EDITAL: 12/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 25.737/2024
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DIVERSAS, BRUTO, SEM TRATAMENTO, PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E PASSARELAS DE MADEIRAS LOCALIZADAS NA ZONA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 19/08/2024 às 09:30 horas.
Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira www.limeira.sp.gov.br.

Limeira, 25 de julho de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

Edital de Convocação - Sindicato dos Publicitários, dos Agenciadores de Propaganda e dos Trabalhadores em Empresas de Propaganda do Estado de São Paulo

Pelo presente edital ficam convocados os **Trabalhadores em Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo**, associados ou não deste Sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, a comparecerem na **Assembleia Geral Extraordinária**, que será realizada no auditório da Sede Social, na Rua Apeninos, 1025, Paraíso, nesta cidade, no dia **06 de Agosto de 2024**, às 17:00 horas em primeira convocação e, caso não haja número legal, às 18:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, para deliberar sobra a seguinte ordem do dia: **a)** Estudo, discussão e votação dos itens da pauta de reivindicações para a convenção ou acordo coletivo a partir de 1º de setembro de 2024; **b)** Autorização para a Diretoria negociar celebrar a Convenção ou Acordo Coletivo ou por empresas individualmente, a partir de 1º de setembro de 2024, com fundamento nos artigos da CLT, e do Estatuto Social; **c)** Autorizar a diretoria ingressar com Dissídio Coletivo no TRT – Tribunal Regional do Trabalho; **d)** Autorizar a diretoria, através de termos aditivos para cobrança da Contribuição de Parceria Patronal – participação das empresas – CCP; e**)** Autorizar o desconto de todos os empregados associados ou não de uma contribuição assistencial, com amplo direito a oposição, conforme decisão do STF - Tema 935. São Paulo, 25 de Julho de 2024. **Moacir Antônio Maiochi – Vice-Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALÉRIA M. L. MANDUCA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO nº 112/2024
PROCESSO n° 13.143/2024- UASG 986249 Nº COMPRA 901122024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAIS CIRURGICOS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09 DE AGOSTO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PROSSEGUIMENTO AO CERTAME LICITATÓRIO, cf. PROVIMENTO AO RECURSO JUDICIAL INTERPOSTO PELA EMPRESA SUZAN FOOD REFEIÇÕES BUFFET E ALIMENTOS LTDA ME.
Pregão Presencial nº 44/2.018 – Proc. 13.159/2.017 e 17.763/2.017.

Objeto: Aquisição de Marmitex e Kits Lanches, que serão utilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e seus equipamentos, em reuniões, atividades socioeducativas e eventos diversos. **Abertura da sessão pública: 13/08/2024 às 09:00 horas** – Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Rua Vereador José Barbosa de Araújo, 151 – Vila Virgínia. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Adm e Modernização.
Itaquaquecetuba, 25 de julho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 028/2024 **- OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS - **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 08 de agosto de 2024, às 09:00 horas. Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.gov.br/compras. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

RODRIGO ARAKAKI - Agente de Contratação.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

STJ mantém prisão de homem que jogou carro contra policiais durante abordagem

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve, na quarta-feira, 24, a prisão preventiva de um homem que jogou seu carro contra três policiais militares que o abordaram, em Brasília. A presidente da corte, ministra Maria Thereza de Assis Moura, negou o pedido de liminar apresentado pela defesa que pedia a libertação do réu.

Em março deste ano, o homem estava dirigindo com uma adolescente de madrugada. Segundo a denúncia, os dois estavam alcoolizados. Foram abordados pelos policiais que pediram que saíssem do veículo, e atenderam. Mas o homem voltou ao automóvel e acelerou em direção aos agentes, que conseguiram desviar. Ele foi preso em flagrante e denunciado por tentativa de homicídio, corrupção de menores, resistência e direção sob o efeito de álcool. Em seguida, a Justiça determinou sua prisão preventiva.

Os advogados do acusado apresentaram um recurso de habeas corpus, alegando que a prisão não tem fundamentação à medida em que os policiais não se machucaram e não houve nenhum dano ao patrimônio público. Também argumentam que havia imprecisões no depoimento dos policiais.

Mas, para a presidente do tribunal, não há nenhuma circunstância que confirme as alegações da defesa.

Juíza prorroga investigação de Pablo Marçal por tentativa de homicídio

A juíza da Vara Única de Piquete, Rafaela D'Assumpção Cardoso Glioche, concedeu, na terça-feira, 23, mais 90 dias para a Polícia Civil local investigar o pré-candidato a prefeito de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) por homicídio privilegiado na forma tentada. O pedido de dilação de prazo ocorreu no dia 11 de julho, como mostrou o Estadão.

O ex-coach é investigado por colocar a vida de 30 pessoas em risco durante uma escalada ao Pico dos Marins durante uma madrugada chuvosa no Vale do Paraíba. A pena vai de 6 a 20 anos de reclusão, mas é reduzida de um sexto a um terço (art. 121, parágrafo 1º, do Código Penal) por se tratar da forma privilegiada. Procurado via assessoria de imprensa, Marçal não se manifestou até o momento. Durante a escalada no interior paulista, pessoas passaram mal diante das condições climáticas adversas. Marçal, à época, afirmou que não mandou ninguém subir a montanha e que cada um foi responsável pelos próprios atos. Marçal tentou junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) trancar o inquérito conduzido no interior, mas não conseguiu.

O local no Vale do Paraíba é conhecido pelo turismo montanhoso e conta com 2420 metros de altitude.

Moraes inclui Carla Zambelli em inquérito de tentativa de golpe

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, atendeu um pedido da Polícia Federal e incluiu a deputada Carla Zambelli no inquérito sobre suposta tentativa de golpe de Estado gestada no governo Jair Bolsonaro.

O novo braço da investigação vai se debruçar sobre a suposta intermediação, por Zambelli, de viagem de uma influenciadora à Espanha para conversar com o ex-chefe de inteligência de Hugo Chávez, o militar venezuelano Hugo Carvajal.

Em nota, a deputada disse ter recebido a informação "com surpresa" e informou que só vai se manifestar "após ter acesso aos autos".

O ex-general alegou, em outubro de 2021, que partidos de esquerda na América Latina e na Europa teriam recebido do suposto financiamento ilegal da Venezuela por 15 anos. Como mostrou o Estadão Verifica, o militar nunca apresentou provas das alegações e o caso foi arquivado.

O general foi citado por Bolsonaro a reunião de 5 de julho de 2022, cuja gravação foi tornada pública na Operação Tempus Veritatis - ofensiva aberta em fevereiro para investigar a suposta tentativa de golpe de Estado. "Temos informações do general Carvajal lá da Venezuela preso na Espanha, já fez delação premiada dele lá. Por 10 anos abasteceu o dinheiro do narcotráfico, Lula da Silva, Cristina Kirchner, Evo Morales, essa turma toda que vocês conhecem", afirmou o ex-presidente na ocasião.

Após a reunião, a Polícia Federal chegou a abrir um procedimento investigativo, pouco antes do 1º turno das eleições, sobre o suposto período em que o dinheiro do narcotráfico "teria abastecido Lula".

(Foto: EBC)

Em nota, a deputada disse ter recebido a informação "com surpresa" e informou que só vai se manifestar "após ter acesso aos autos".

No Acre, Barroso destaca ações do Judiciário na garantia de direitos fundamentais

Em Rio Branco para cumprir agenda institucional, quarta-feira (24/7), o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, destacou que o Poder Judiciário tem prestado relevantes serviços ao país. "Muito tem sido feito pelos direitos fundamentais de mulheres, afrodescendentes, comunidade LGBTQIAP+, indígenas e pela proteção ambiental", pontuou. Barroso salientou a instituição do Exame Nacional de Magistratura (Enam), que, segundo ele, vai elevar o padrão nacional da magistratura. "Lançamos um programa de bolsas de estudo para candidatos negros possam estudar para concursos de juízes e, assim, contribuir para que o Judiciário tenha uma demografia mais parecida com a sociedade brasileira."

Outra ação elencada pelo ministro foi a queda no número de execuções fiscais pendentes de julgamento em 2023 totalizando a redução do estoque de ações em 600 mil. A quantidade de processos novos também caiu consideravelmente: de 3,8 milhões para 2,9 milhões no ano passado. A redução do volume desses processos em tramitação no Poder Judiciário está no centro das prioridades da atual gestão do CNJ.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

*****AVISO DE LICITAÇÃO*****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 086/2024 (PMP 10388/2024)
Para "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação de vidros" com recebimento das propostas até dia 09/08/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRONICA 006/2024 (PMP 7387/2024)
Para "Contratação de empresa especializada para execução de revitalização, reforma e ampliação do centro de especialidades odontológicas, com fornecimento de material e mão de obra" com recebimento das propostas até dia 02/09/2024 às 08h29 e início da sessão às 08h30.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://licitar.digital/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LUIS GUILHERME GALLERANI - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 242/2024 - PROCESSO nº 22.657/2024 - Nº COMPRA 902422024
OBJETO: REGITRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 26 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13 DE AGOSTO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Pregão Eletrônico nº42/2024 -** Tipo de Licitação **"Menor Valor Global"**
Processo Administrativo nº 1100/2024 **- Edital de Licitação nº 51/2024**
OBJETO: *contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte e destinação de resíduos sólidos domiciliares em aterro sanitário devidamente licenciado.*

- *Local*: https://bll.org.br//
- *Início de envio da Proposta:* **26 de julho de 2024.**
- *Recebimento de Propostas até:* **16 de agosto de 2024 –** Horas: **08h 30min.**
- *Início dos lances:* **16 de agosto de 2024 –** Horas: **09h 00min.**

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 25 de julho de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES
Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/24

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. Sessão pública: realização no site www.bllcompras.org.br. DATA: 09/08/2024 às 09h00min.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 3
AVISO DE EDITAL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2024
PROCESSO nº 015.00296614/2024-94

ASSUNTO: Registro de Preços para contratação(ões) futura(s) de serviços de transporte de passageiros mediante fretamento. ID no PNCP Nº 46384111000140-1-000544/2024. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/pncp/pt-br. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 25/07/2024. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/08/2024 – 10:00 horas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - DATA DA ABERTURA: 08.08.2024 AS 09:30 HORAS. O edital estará disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br. Bragança Paulista, 25 de julho de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 127/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 08/08/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 08/08/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 08/08/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 25 de julho de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

COMUNICADO - CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8004/2024. A Prefeitura de Francisco Morato torna público o Chamamento Público para CREDENCIAMENTO de empresas de prestação de serviços funerários mediante outorga de permissão. O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de 26/07/2024, das 09h00 às 16h00 permanecendo aberto por prazo indeterminado. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações bastando trazer mídia para gravação, por solicitação no e-mail: licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br/portaltransparência/licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 192/2024

OBJETO: SERVIÇO DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORTINAS PERSIANAS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 29/07/2024 às 8:00h até 01/08/2024 às 8:00h. PERÍODO DE LANCES: 6 (seis) horas – 01/08/2024 das 8:30h às 14:30h. PROCESSAMENTO: Plataforma BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – https://bllcompras.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 042/24 – Contratação de empresa especializada em engenharia civil, para execução de obra Rua Francisco Miguel – Melhoria viário, conforme especificações do Estudo Técnico Preliminar e termo de referência, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, projeto e planilha orçamentária, BDI e anexos ao Edital, do tipo MENOR VALOR GLOBAL. **CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS: Cadastro de Propostas Iniciais: das 09h00min. do dia 29/07/24 até às 09h00min. do dia 13/08/24. Abertura de Propostas Iniciais: 13/08/24 às 09h05min. A PARTIR DO DIA 29/07/2024** o edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobbmnet.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8376 ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

AUGUSTO PEREIRA FILHO
Secretário Municipal de Obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 149/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E REALIZAÇÃO DO PROCESSO PARA A ESCOLHA DE SUPLENTES PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26/07/2024 das 8:00h até 31/07/2024 às 8:00h. PERÍODO DE LANCES: 6 (seis) horas - 31/07/2024 das 8:30h às 14:30h. PROCESSAMENTO: Plataforma BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – https://bllcompras.com.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o **PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 066/2024**, que tem como objetivo a aquisição de veículo utilitário tipo pick up novo - 0km, o início da sessão de abertura será no dia 12/08/2024, às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o **PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 075/2024**, que tem como objetivo a contratação de empresa especializada para organização, elaboração e execução de concurso publico e processo seletivo, para o provimento de cargos do quadro de pessoal desta prefeitura municipal, o início da sessão de abertura será no dia 12/08/2024, às 13:30 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 25 de Julho de 2024.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90106/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90106/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00122397/2023-15**, objetivando a compra de "**MEDICAMENTOS**" **- Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90106/2024-DRS.XV**, será no dia **29/08/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2024
PROCESSO 064/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2024 PROCESSO N.º 064/2024. OBJETO: "AQUISIÇÃO POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO (SRP) DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALVINLÂNDIA, PARA DAR ATENDIMENTO A PROPOSTA N.º 12428.129000/1230-01, DE ACORDO COM ANEXO I, PELO PERÍODO DE 12 MESES". DATA DE ABERTURA: 13/08/2024 AS 09:00 HORAS. EDITAL DISPONIVEL: NO SETOR DE LICITAÇÕESE E PELO SITE www.alvinlandia.sp.gov.br. MAIORES INFORMAÇÕES COM O SR. PREGOEIRO (APARECIDO DONIZETTI LOPES) NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLANDIA, NA RUA MAJOR COUTO, N.º 294, PELO TELEFONE (14) 3473-8700 OU POR E-MAIL: licitacoes@alvinlandia.sp.gov.br

Abigail Cateli Dias - Prefeita Municipal.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90105/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90105/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00174888/2023-33**, objetivando a compra de "**DIETA**" **- Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90105/2024-DRS.XV**, será no dia **28/08/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90108/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90108/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00033176/2024-46**, objetivando a compra de "**DIETA**" **- Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90108/2024-DRS.XV**, será no dia **30/08/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

2º CADERNO

TECNOLOGIA

(Foto: Divulgação)

Meta lança nova IA, mas Brasil fica de fora após ação de reguladores

A inteligência artificial da Meta acaba de ficar disponível em mais sete idiomas e em outros países pelo mundo, inclusive nações da América Latina pela primeira vez. No entanto, a IA da empresa dona do Instagram, WhatsApp e Facebook, não foi lançada no Brasil após a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) proibir a companhia de coletar dados de cidadãos do País por considerar que a prática viola a privacidade das pessoas.

De acordo com a Meta, a ausência da inteligência artificial no País se deve a "incertezas regulatórias", e a companhia continuará "trabalhando em colaboração com as autoridades locais competentes para que o Brasil tenha acesso - e seja devidamente atendido - pelo mesmo nível de inovação em IA que estamos levando a outros países". As ferramentas foram disponibilizadas em outros países da América Latina, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru.

No começo de julho, o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) notificou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em relação à forma como a Meta estava usando informações de donos de contas em redes sociais da companhia no Brasil para treinar a sua inteligência artificial. Como resultado, a ANPD determinou que a Meta suspendesse a coleta dessas informações para treinar seus sistemas de IA, alegando indícios de violação à Lei Geral de Proteção de Dados. A multa diária em caso de descumprimento seria de R$ 50 mil.

O resultado final do embate, ao menos por ora, se deu na semana passada, quando a empresa afirmou ter suspendido os recursos de inteligência artificial generativa usados em suas redes sociais no Brasil.

"Decidimos suspender ferramentas de genAI que estavam ativas no Brasil enquanto engajamos com a ANPD para endereçar suas perguntas sobre IA generativa", afirmou um porta-voz da companhia. Como consequência do imbróglio, a inteligência artificial da Meta ainda não pode ser aplicada em território brasileiro.

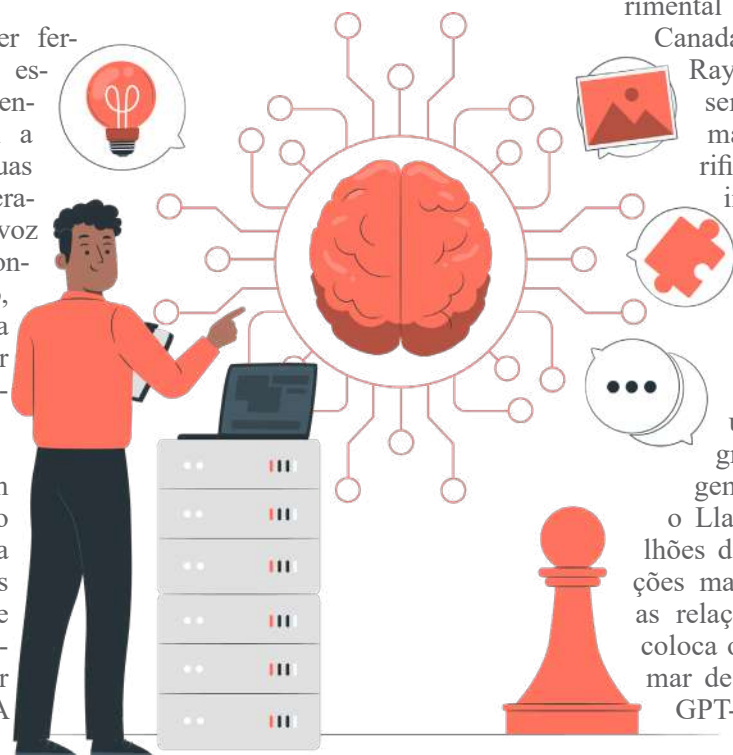
A suspensão também repete a ação da União Europeia, que proibiu a Meta de coletar dados para o treinamento de IAs. Assim, a Meta também desistiu de lançar suas ferramentas de IA por lá.

O que a IA faz - Com os novos prompts "Imagine-me" na IA da companhia, usuários são capazes de, com base em uma foto, fornecer comandos como "imagine-me surfando" no bate-papo com a inteligência artificial Como resultado, a IA gera imagens que podem ser compartilhadas nas próprias redes sociais.

A inteligência artificial da Meta também pode responder a perguntas mais complexas, como aquelas focadas em matemática. A IA pode dar explicações passo a passo e resolver equações rapidamente.

A inteligência artificial também estará disponível de forma experimental nos Estados Unidos e no Canadá nos óculos inteligentes Ray-Ban Meta. Com isso, será possível substituir o comando de voz pela IA, verificando o clima e obtendo informações em tempo real com a ajuda da inteligência artificial.

Novo modelo de linguagem - Junto com a nova IA, a Meta lançou uma nova versão do seu grande modelo de linguagem (LLM) de código aberto, o Llama 3.1, que tem 405 bilhões de parâmetros (representações matemáticas que expressam as relações entre palavras). Isso coloca o modelo no mesmo patamar de IAs sofisticadas como o GPT-4.

O Llama tem código aberto e está disponível no mundo inteiro, inclusive no Brasil, e é usado por pesquisadores e startups para ampliar e melhorar seus serviços de IA. A Meta não revela quais dados usou para treinar o Llama.

A era do Tecnofeudalismo: A dependência tecnica e emocional da sociedade frente ao Apagão Cibernético que afetou o mundo

___ Por Sthefano Scalon Cruvinel, especialista em Contratos de Tecnologia e CEO da EvidJuri

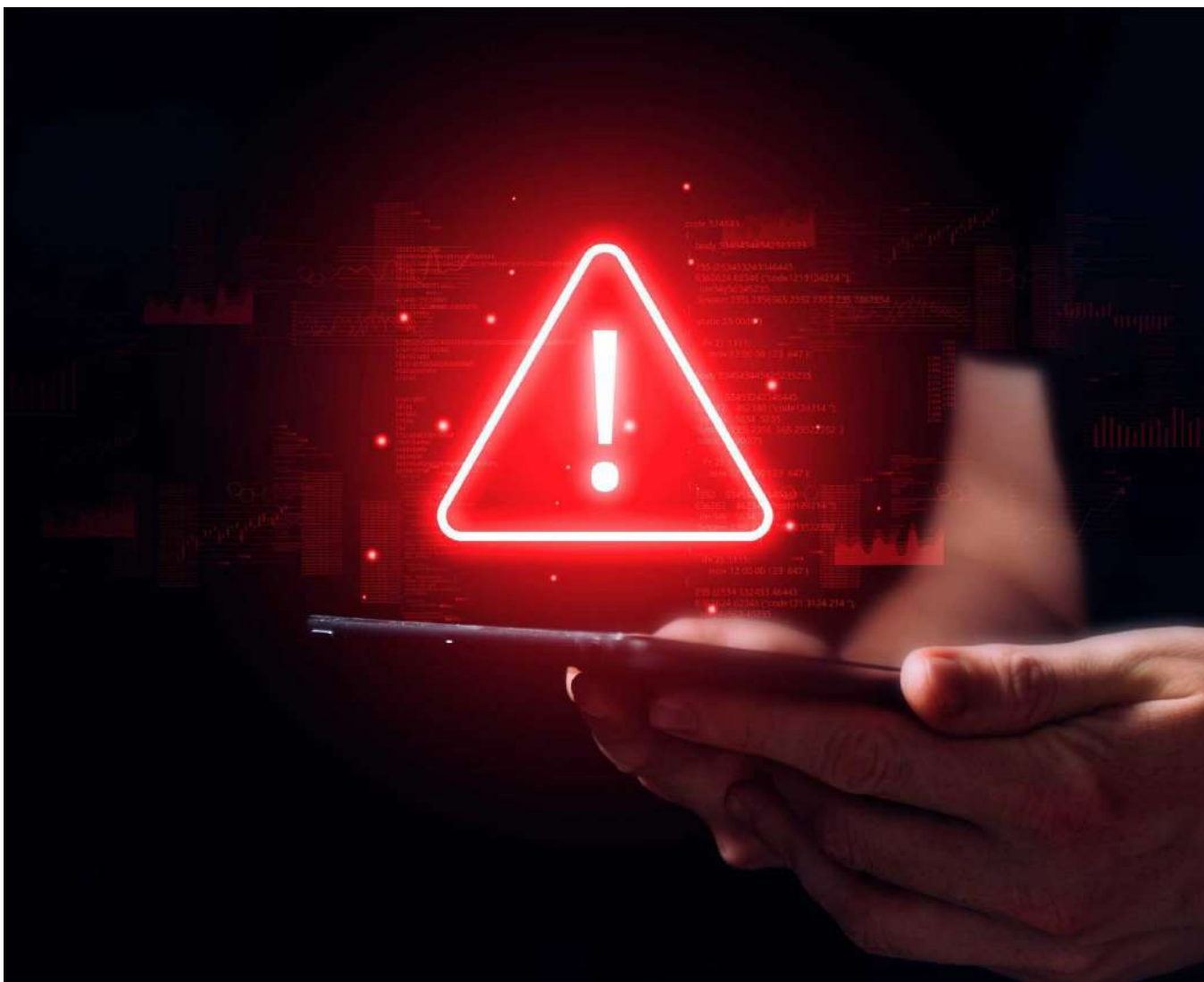
No dia 19/07, o mundo enfrentou um apagão cibernético que deixou diversos bancos e fintechs brasileiros com seus aplicativos fora do ar. No Brasil, por exemplo, diversas Instituições financeiras como Bradesco, Neon, Next e Banco Pan foram gravemente impactadas, impossibilitando que clientes realizassem login e efetuassem pagamentos. O site Downdetector registrou um aumento significativo nas reclamações sobre a indisponibilidade dos serviços digitais dessas instituições.

Clientes insatisfeitos recorreram às redes sociais para relatar as dificuldades que estavam enfrentando. O Bradesco, por exemplo, foi uma das primeiras instituições a emitir uma nota oficial sobre o incidente, em resposta às críticas e reclamações. O banco confirmou que a indisponibilidade de seus sistemas foi causada pelo apagão cibernético global e garantiu que suas equipes técnicas estavam trabalhando intensamente para normalizar os serviços o mais rapidamente possível.

Outras instituições financeiras também seguiram o exemplo do Bradesco, informando seus clientes sobre a situação e os esforços para restabelecer os serviços. A comunicação transparente e rápida foi essencial para acalmar os ânimos dos clientes e assegurar-lhes que medidas estavam sendo tomadas.

Este incidente destaca a crescente dependência dos consumidores em relação aos serviços digitais para suas atividades financeiras cotidianas. A conveniência e a eficiência proporcionadas pelos aplicativos de bancos e fintechs tornaram-se essenciais para a gestão das finanças pessoais e empresariais. No entanto, essa dependência também expõe vulnerabilidades significativas quando ocorrem interrupções de serviço.

A confiança dos clientes em instituições financeiras é fortemente influenciada pela estabilidade e disponibilidade de seus serviços digitais. Incidentes como o apagão cibernético desta sexta-feira podem abalar essa confiança, exigindo que os bancos e fintechs invistam continuamente em segurança cibernética e infraestrutura robusta para evitar futuras interrupções.

O apagão cibernético só comprova o que estamos alertando há algum tempo: estamos em uma era em que dependemos totalmente da tecnologia, vivenciando o que eu chamo de tecnofeudalismo. Isso demonstra ainda mais a necessidade de estarmos atentos às posturas das big techs e ao seu respectivo poder de influenciar nossas vidas

(Foto: Divulgação)

O caso serve como um alerta sobre a importância da segurança e da resiliência dos serviços digitais. Enquanto os consumidores continuam a depender cada vez mais desses serviços para suas atividades financeiras diárias, as instituições financeiras devem estar preparadas para enfrentar e superar desafios cibernéticos complexos. A confiança dos clientes depende não apenas da disponibilidade dos serviços, mas também da capacidade das instituições de responder eficazmente em situações de crise.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

TECNOLOGIA

Municípios investem em tecnologia para superar crise fiscal e déficit de servidores públicos

O atendimento digital é 97% mais barato que o tradicional, físico e manual, por isso se mostra como alternativa funcional para garantir serviços de qualidade ao cidadão e menos sobrecarga de trabalho aos servidores

Um levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revela que 12,45% dos trabalhadores ativos no Brasil estão empregados no setor público e seis em cada dez servidores brasileiros são municipais.

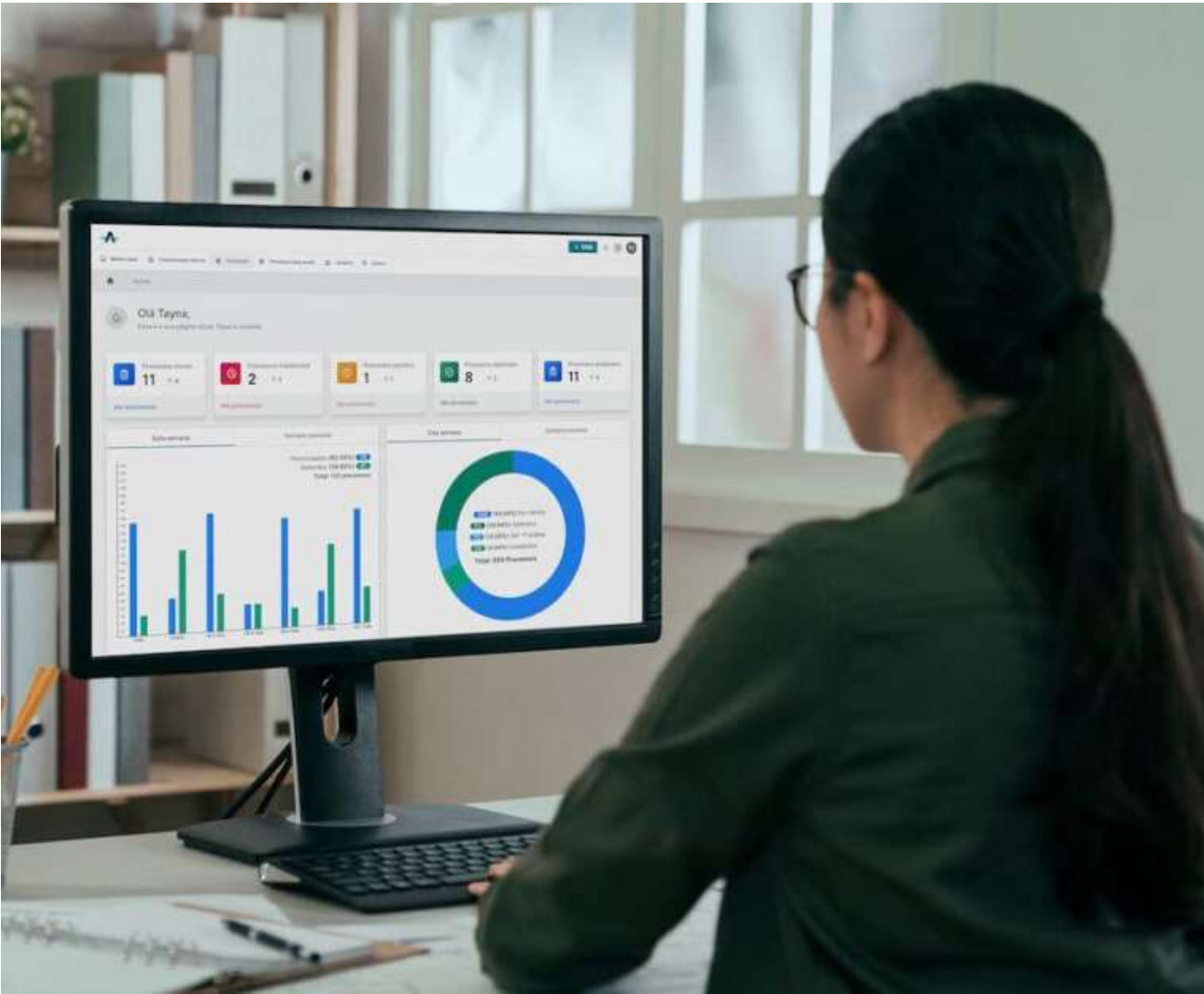
Apesar da maioria, outro estudo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta defasagem significativa no quadro de servidores nas prefeituras, o primeiro elo de conexão do serviço público com o cidadão. Cerca de 20% dos municípios brasileiros têm 3,1 servidores para atender cada 100 pessoas. E quanto maior a população, menor a disponibilidade de mão de obra.

Se, de um lado, a insuficiência de recursos humanos em órgãos públicos municipais afeta diretamente a qualidade do serviço prestado, na outra ponta, as prefeituras precisam resolver o problema dentro da lei — um desafio para gestores de todo o país.

Impactados pela redução das receitas e pelo aumento expressivo das despesas públicas, o déficit fiscal nos municípios chegou ao patamar de R$ 16,2 bilhões no ano passado. Entre 2022 e 2023, o gasto com pessoal cresceu 13,2%, um aumento de R$ 47,6 bilhões.

Esse cenário levou quase metade dos municípios brasileiros a se enquadrarem nos limites de alerta, prudencial e máximo, definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 49% das cidades, a receita não garantiu as despesas, sobretudo do custeio da máquina pública. São 691 municípios com o limite de pessoal estourado, segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Cresce também a sobrecarga de trabalho. Por isso, a tecnologia surge como aliada para resolver problemas das rotinas públicas, automatizando os fluxos, eliminando etapas desnecessárias, agilizando o tempo de resposta aos cidadãos e desafogando os servidores de atividades não essenciais.

(Foto: Divulgação)

20% dos municípios brasileiros têm 3 servidores para atender cada 100 pessoas. Quanto maior a população, menor a disponibilidade de mão de obra

97% mais barato: atendimento digital é essencial em pequenos e grandes municípios.

Marco Antonio Zanatta, fundador e CEO da Aprova — plataforma de gestão e automação de processos do setor público — acredita que a tecnologia é fundamental para enfrentar a defasagem de servidores sem infringir limites éticos e fiscais.

"Ao automatizar tarefas repetitivas e de baixo valor, os servidores passam a se dedicar a atividades que exigem julgamento crítico ou interação humana para o desenvolvimento de políticas públicas e resolução de problemas complexos. Isso maximiza o potencial dos servidores", opina. **Marco Antonio Zanatta**

Marco cita como exemplo o município de Varginha, em Minas Gerais. Na cidade mineira, o cidadão esperava quatro meses para aprovar um projeto de construção.

Esse trabalho envolvia 11 servidores de diferentes setores para concluir um único atendimento. Com a automação dos processos, mais de 80% dos pedidos são resolvidos em menos de um mês por apenas um servidor.

Patos de Minas também obteve resultados expressivos. O processo de avaliação e aplicação de imunobiológicos especiais, que levava cerca de 30 dias, passou a ser concluído em 20 minutos pelo sistema. Essa mudança beneficia mais de 740 mil moradores de 33 cidades da macrorregião, que agora contam com atendimento até 98% mais rápido.

Além da agilidade na tramitação dos processos na Secretaria Municipal de Saúde, a automação de 144 tipos de serviços oferecidos pela prefeitura gerou uma economia de 2 milhões de folhas de papel e 23 milhões de litros de água que seriam utilizados em sua produção.

Segundo o prefeito de Patos de Minas, Luís Eduardo Falcão, nos últimos três anos mais de R$ 3 milhões foram economizados, além do aumento da produtividade em todos os setores da prefeitura.

A economia financeira pode ser ainda maior, pelos cálculos do Governo Federal, já que o custo do atendimento digital é muito menor. Enquanto cada atendimento físico, realizado no balcão da prefeitura, pode custar aos cofres públicos cerca de R$ 44, o atendimento digital sai por R$ 1,20, cerca de 97% mais barato.

"A tecnologia permitiu reduzir o gasto com pessoal e manter o limite fiscal. Não se trata de economizar para dizer que gastou menos, mas de utilizar estratégias para direcionar recursos onde a população mais espera, como saúde, educação e infraestrutura", diz Falcão.

Mais do que zerar filas de espera, aumentar a produtividade dos servidores e atuar na crise fiscal dos municípios, a tecnologia tem o potencial de impulsionar a geração de empregos e aumentar a arrecadação.

Para Marco, o déficit nos municípios é um sinal de alerta para que gestores públicos busquem maior competitividade e produtividade, gerando mais receita própria e dependendo cada vez menos de repasses federais.

"Ao tirar o trabalho operacional do escopo do servidor e privilegiar tarefas relevantes para desenvolver cidades de forma inteligente e sustentável, reduzimos a entropia do processo e o setor público libera recursos humanos para desatar outros nós, muito mais importantes para o governo e o cidadão", conclui.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LANÇAMENTOS/LIVROS

‘INDUSTRY’: HBO lança trailer oficial e pôster da nova temporada da série de drama original

Terceira temporada estreia na Max e na HBO no dia 11 de agosto

(Foto: Divulgação)

A HBO acaba de lançar o trailer oficial e o pôster da terceira temporada de INDUSTRY. A nova temporada da aclamada série de drama original, dos criadores Mickey Down e Konrad Ray, estreia na HBO e na Max no dia 11 de agosto, às 22h, com um novo episódio semanalmente, aos domingos.

INDUSTRY traz uma visão privilegiada dos bastidores das altas finanças, acompanhando um grupo de jovens banqueiros enquanto formam suas identidades no ambiente de alta pressão e delírio de sexo e drogas do escritório londrino do banco internacional Pierpoint & CO.

Na terceira temporada, enquanto a Pierpoint olha para o futuro e faz uma grande aposta em investimentos éticos, Yasmin (Marisa Abela), Robert (Harry Lawtey) e Eric (Ken Leung) se veem no centro do glamoroso IPO da Lumi, uma empresa de tecnologia verde liderada por Henry Muck (Kit Harington), em uma história que atinge o topo das finanças, mídia e governo. Desde que deixou a Pierpoint, Harper (Myha'la) está ansiosa para voltar à emoção viciante das finanças e encontra uma parceira improvável, a Gerente de Portfólio da FutureDawn Petra Koenig (Sarah Goldberg).

INDUSTRY tem Mickey Down e Konrad Kay como criadores, escritores e produtores executivos. A terceira temporada contará com oito episódios e mantém alguns membros do elenco, como Myha'la, Marisa Abela, Harry Lawtey, Ken Leung, Conor MacNeill, Sagar Radia, Indy Lewis, Adam Levy, Sarah Parish, Trevor White, Elena Saurel e Irfan Shamji. Novos artistas também se juntam à série: Kit Harington (Henry Muck), Sarah Goldberg (Petra Koenig), Miriam Petche (Sweetpea Golightly), Andrew Cavill (Lord Norton), Roger Barclay (Otto Mostyn), Fady Elsayed (Ali El Mansour) e Fiona Button (Denise Oldroyd).

Industry é uma série da Bad Wolf para HBO/BBC e produção executiva de Jane Tranter, Kate Crowther e Ryan Rasmussen pela Bad Wolf; e Rebecca Ferguson pela BBC. Os diretores incluem Mickey Down e Konrad Kay, Isabella Eklöf e Zoé Wittock.

Livros para celebrar o Dia dos Avós: “O dia em que minha avó envelheceu” e “Avôs e Avós”

No Dia dos Avós, 26 de julho, a Cortez Editora, com um catálogo extenso de cerca de 1.400 obras, celebra a relação entre avós e netos com o livro O dia em que minha avó envelheceu, de Lúcia Fidalgo com ilustrações de Veruschka Guerra.

A história baseia-se em uma menina, que vai contando o distanciamento da avó diante do mundo e das suas lembranças e esquecimentos na vida cotidiana das duas, em uma prosa regada de memórias, faltas e saudades.

Já a obra Avôs e Avós, de Nelson Albissú e Andréa Vilela, com ilustrações de Mirella Spinelli, trata do relacionamento de netos e avós, em uma troca de experiências e brincadeiras que fortalece a relação familiar.

O livro transmite o conhecimento sobre os antepassados e o respeito por suas origens incutem na criança confiança na vida e aceitação da morte como parte de um ciclo vital.

Sobre o Dia dos Avós

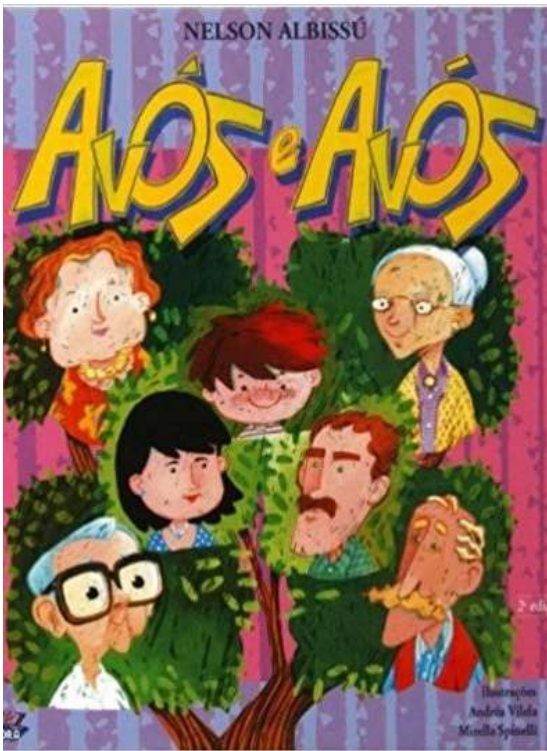
O dia das avós é comemorado dia 26 de julho, por ser o mesmo dia de Santa Ana e São Joaquim, os avós de Jesus Cristo. Sua origem é portuguesa e tem como objetivo homenagear e agradecer toda a consideração e carinho dos avós com os seus netos.

A data foi instituída pelo Papa Francisco em 2021 e tem como tema “na velhice, não me abandones”. Isso porque a senhora Ana Elisa Couto (1926-2007), conhecida como Dona Aninhas, tinha 6 netos e durante quase 20 anos reivindicou a Igreja uma data comemorativa para os avós.

Assim, o Dia dos Avós, celebrado em 26 de julho, além de ser uma homenagem religiosa, tornou-se uma importante ocasião para reconhecer e valorizar o papel dos avós na vida familiar.

Serviço

O Dia em que minha avó envelheceu
Autor: Lúcia Fidalgo
Ilustrador: Veruschka Guerra
Editora: CORTEZ
Categoria: Literatura Infantil e Juvenil
Páginas: 32
Preço: R$ 57,00

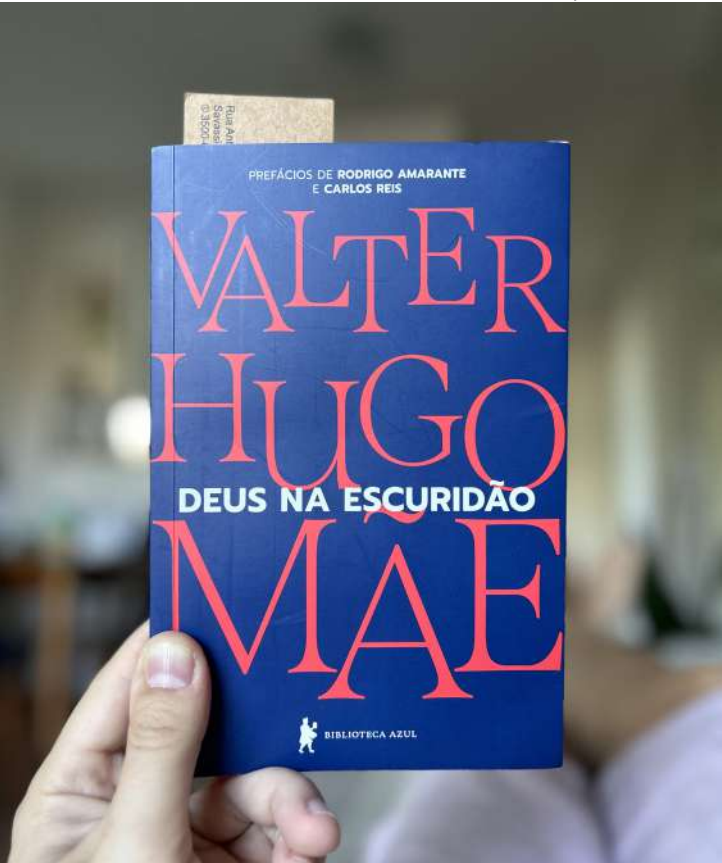
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LANÇAMENTOS/LIVROS

‘Deus na Escuridão’, de Valter Hugo Mãe, é o livro do Clube de Leitura da BDB em agosto

___ Encontro, no formato híbrido, está com inscrições abertas

Iniciativa que visa incentivar a leitura e debater obras importantes da literatura brasileira e estrangeira, o Clube de Leitura BDB Cultural chega ao quarto encontro com o livro “Deus na Escuridão”, do escritor Valter Hugo Mãe. A atividade integra a programação cultural da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles (BDB), do Ministério da Cultura (MinC), em Brasília (DF). Será realizada no dia 12 de agosto, às 18h30, no formato híbrido - presencial no auditório da Biblioteca Demonstrativa e on-line via plataforma Meet.

O Clube de Leitura promoverá uma reflexão sobre o romance que explora o amor fraterno e a necessidade de cuidar de alguém. A história acompanha os irmãos Pouquinho e Felicíssimo, moradores da comunidade do Buraco da Caldeira, na Ilha da Madeira. Desde o nascimento de Pouquinho, Felicíssimo cuida do irmão caçula, que nasceu com uma condição física incomum.

De acordo com o coordenador da Biblioteca Demonstrativa, Sebastião Lima Filho, o livro faz pensar sobre o trabalho de um cuidador. “Ser humano de qualidades especiais, expressas pelo forte traço de amor ao próximo, de solidariedade, de responsabilidade e incontáveis virtudes, oferecendo ao outro o resultado de seus talentos, preparo e escolhas, praticando o cuidado de forma individualizada a partir de ideias, conhecimentos e criatividade. Cuidar é doar afeto na mais profunda essência”, comenta.

(Foto: Divulgação)

A escolha de “Deus na Escuridão” para o encontro do Clube de Leitura BDB Cultural busca proporcionar uma discussão sobre questões universais como amor e cuidado. Para 2024, a curadoria do projeto selecionou obras de autores de países de língua portuguesa, e isso instiga o público a conhecer e adentrar a cultura lusófona.

“Sem dúvida, é uma obra sobre o amor fraternal, maternal, e aquele amor que está a nossa volta”, enfatiza o curador da Biblioteca Demonstrativa, especialista em literatura e educação, e membro do Conselho Nacional de Educação de Portugal, David Rodrigues.

Como participar

Os interessados em participar do Clube de Leitura devem ler o livro antes do encontro e para mais informações, entre em contato pelo e-mail bdb@institutoincluir.com.br ou pelo WhatsApp (61) 99513-2426.

Para quem precisar de certificado de participação, a atividade emite por demanda no formulário. O quarto encontro do Clube de Leitura tem mediação da bibliotecária Cleide Soares.

Matheus Brant lança “Forró das Duas”, com participação da cantora Marcia Castro

___ A música é uma faixa bônus do recém-lançado disco “Eu, você, nós três”

(Foto: Divulgação)

Matheus Brant acaba de lançar faixa bônus do recém-lançado disco “Eu, você, nós três”. Na música, “Forró das Duas”, Matheus Brant se aventura pelo xote e conta com a participação da cantora baiana Marcia Castro. O single já está disponível em todas as plataformas digitais.

A composição foi criada em 2021, quando o artista ouvia repetidamente “Flor de Tangerina”, de Alceu Valença. Inspirado na “onça-menina” da música, construiu a letra que narra o relacionamento de duas mulheres.

Para enriquecer a canção, Brant convidou Marcia Castro, reconhecida por atravessar diversas vertentes da música baiana, inclusive o forró, que é lindamente celebrado em seu disco “Pipoca Junina” (2023). A artista respondeu ao convite com um áudio, que Brant guarda com carinho: “Matheus, que música linda, amigo! Nossa, que preciosidade de música! Amei, super topo gravar! Adorei, a minha cara!”.

Além da incrível voz da cantora, a produção conta com equipe de peso: Thiago Delegado, no violão; Christiano Caldas, no acordeon; Marcelinho Guerra, baixo; Daniel Guedes e Raul Costa, percussão e Marcelinho Guerra, na produção musical, gravação, mixagem e masterização.

O arranjo simples conduz uma levada tranquila e letra de declaração de amor singela, que também passa por questões sociais enfrentadas pelos relacionamentos lésbicos: “Se por acaso eu não te abraçar/ É que eu tô me acostumando/ A tanta gente nos olhar”, discorre um dos versos.